

REVISTA DE HISTÓRIA DAS IDEIAS 14

DESCOBRIMENTOS, EXPANSÃO E IDENTIDADE NACIONAL



INSTITUTO DE HISTÓRIA E TEORIA DAS IDEIAS
FACULDADE DE LETRAS

COIMBRA 1992

**CAVALARIA MONTADA, CAVALARIA DESMONTADA E
INFANTARIA – PARA UMA COMPREENSÃO GLOBAL DO
PROBLEMA MILITAR NAS VÉSPERAS DA EXPANSÃO
PORTUGUESA**

1. *Introdução*

Pode, à primeira vista, parecer surpreendente a apresentação de uma comunicação como esta, que se debruça sobre história militar medieval. Com efeito, tal não é uma matéria habitualmente versada nos encontros de historiadores, particularmente em Portugal.

E, contudo, parece hoje evidente a importância do estudo da guerra com vista a um cabal conhecimento do perfil das comunidades do passado. Na verdade, é imenso aquilo que a guerra nos pode dizer sobre uma determinada sociedade. E que a guerra liga-se intimamente à economia, à política, à cultura e à própria mentalidade. E o seu estudo, propício — como já observou Jacques Le Goff 0) — á conciliação entre a história brusca e a história lenta, entre o acontecimento e a estrutura, revela-se de uma originalidade particularmente fecunda. *

* Assistente da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Bolseiro do I.N.I.C..

O texto que se segue reproduz, de forma mais detalhada, a comunicação apresentada ao 2º Curso de Verão da F.L.U.C. (1991). De acordo com o espírito e objectivos dessa iniciativa, esta comunicação visou um entendimento global e pedagógico do tema em epígrafe. No seu último capítulo, procurou-se não dissociar excessivamente o caso particular português do contexto militar da Península Ibérica.

0) Jacques Le Goff, "Le dimanche de Bouvines de Georges Duby", *Magazine Littéraire*, nº1898, Nov. 1982, pp. 28-31.

Mais ainda, poderemos afirmar que a análise do fenómeno da guerra constitui também um contributo decisivo para a compreensão do próprio Homem, individualmente considerado. De facto, ele convida a uma aproximação privilegiada ao tema das origens e formas específicas de expressão da agressividade entre os seres humanos e, com isso, a uma reflexão simultaneamente etológica e antropológica sobre os factores potencialmente geradores da violência humana.

Naturalmente, não se pretende, nem seria possível, desenvolver aqui estas ideias introdutórias. Porém, situando-nos no período medieval, conseguiremos talvez discernir mais nitidamente o interesse que o estudo da arte militar pode ter para o conhecimento da sociedade no seu conjunto.

E, na verdade, o fenómeno da guerra na Idade Média revestiu-se de particularidades deveras interessantes. Sem a pretensão de as enunciar aqui exaustivamente, gostaríamos ainda assim de recordar a importância que a *força* tem no mundo feudal — em íntima articulação com a vassalidade e com o exercício do poder dela decorrente —, situação essa que ajuda a explicar o enraizamento de costumes e tradições como a "vingança de sangue", o peso da componente militar juvenil ou os regionalismos do próprio aparelho militar, só muito tardia e custosamente integrado no âmbito dos primeiros Estados Modernos. Quer dizer que, como Georges Duby teve já a felicidade de acentuar, a guerra se apresentava então como uma actividade "normal", cumprindo os torneios (que lhe serviam de escola) um pouco a função do desporto actual (2); isto é, a guerra surgia como um fim em si mesma, como algo que mobilizava uma percentagem importante da população, convertendo-se mesmo na própria razão de ser da cavalaria, que aí, nesse encontro de profissionais do mesmo meio, procedia à evidenciação dos seus méritos próprios e à conquista das glórias públicas tão ardentemente desejadas.

Não pretendo com isto estabelecer que a sociedade medieval seja exactamente uma "sociedade militar". O seu estado de beligerância contínua será mais uma ilusão proporcionada pelo colorido do seu "décor", as suas guerras são mais intestinas do que de hegemonia e os respectivos efeitos não se traduzem geralmente por grandes ruínas e profundas desestruturações globais. Certo é, em todo o caso,

(2) Georges Duby, *Guilherme, o Marechal, o Melhor Cavaleiro do Mundo*, Lisboa, Gradiva, 1986, pp. 72 e 79.

que a actividade militar se desenvolve, na Idade Média, de acordo com um processo indissociável do progresso técnico, administrativo e financeiro das respectivas sociedades, sendo por isso objecto de uma deferência íntima que explicará até a sua profunda ritualização e a sua encenação religiosa: a guerra medieval é apresentada como a expressão da vontade suprema e o instrumento de preservação da paz e de reposição de uma ordem e de uma autoridade de inspiração divinas.

Referimo-nos, até agora, à sociedade medieval no seu conjunto. É, porém, evidente que, sobre esta impressão geral, os sécs. XIV e XV destacarão ainda algumas particularidades próprias. Iremos desenvolvê-las mais adiante, na plena convicção do peso que a guerra tem na sociedade ocidental dos finais da Idade Média. Com efeito, e como já tem sido notado, ela aparece profundamente enraizada no subconsciente colectivo e intimamente ligada à aspiração popular à paz ⁽³⁾.

Não prolonguemos, todavia, de forma excessiva, esta Introdução. Sublinhemos apenas a revalorização de que a arte militar medieval tem sido objecto nos tempos modernos, o que vem criando as condições para que a história da guerra (até há pouco integrada no domínio da história militar) possa englobar no âmbito do seu estudo o contributo da história das mentalidades e partir à descoberta do perfil humano dos guerreiros cujas façanhas analisa.

2. O panorama europeu

a) Observações preliminares:

Como contributo para esse estudo analisaremos, nas suas linhas gerais, a situação militar no Ocidente dos sécs. XIV-XV, dedicando especial atenção aos problemas relacionados com a evolução das estratégias e táticas militares, tal como esta se revelou ao longo do percurso definido pelas principais peripécias guerreiras desse grande enfrentamento que foi a Guerra dos Cem Anos (1337-1453). Tentaremos, nesta síntese, isolar aquelas que nos parecem ser as questões-chave para um correcto entendimento do fenómeno guerreiro nos finais da Idade Média (ao nível das suas grandes reformas,

⁽³⁾ Philippe Contamine, *La guerre au Moyen Âge*, 2- ed., Paris, P.U.F., 1986, pp. 232-241.

novidades pré-modernas e implicações sociológicas decorrentes), pretendendo com esta atitude criar as condições para um enfoque posterior mais claro sobre a situação militar na Península Ibérica nas vésperas da Expansão Portuguesa.

Assim, valerá a pena começar por sublinhar que os contornos que, no Ocidente, a arte militar apresenta nos finais da Idade Média, só são compreensíveis em função dessa grande viragem que, ao nível da actividade guerreira, os sécs. XII e XIII haviam desde logo protagonizado. Com efeito, a vitória normanda em Hastings (1066) assinalara o triunfo do cavaleiro pesado, munido de lança, espada, capacete cónico e cota de malhas, o *milites* por excelência dos tempos feudais. A própria arquitectura militar começara também a reflectir uma mudança, com a afirmação do castelo *senhorial* típico do feudalismo europeu. Assistia-se então a um certo auge da cavalaria nobre, capaz de se constituir como um grupo específico e supra-nacional e de limitar e condicionar a seu favor a guerra, conseguindo com frequência confundir o feudo com a remuneração "negociada" pelo serviço militar.

Mas em contrapartida, o desenvolvimento urbano e as Cruzadas, para já não falar no próprio hermetismo dessa cavalaria nobre, criavam condições favoráveis à emergência do soldado livre e remunerado, enquanto que, do ponto de vista armamentista, se assistia ao crescimento da importância das armas neuro-balísticas (o arco e a besta), que aquela cavalaria se recusava a usar. Encurtava-se, pois, o caminho que conduziria (de forma pioneira em Inglaterra) do serviço feudal tradicional ao serviço militar baseado no dinheiro, ao mesmo tempo que se verificava um reforço crescente do papel dos besteiros e das Ordens de Cavalaria em algumas regiões do Ocidente.

Em conclusão, e como já observou Philippe Contamine ⁽⁴⁾, o período compreendido entre 1150 e 1300 veio assinalar — pelo menos em França e em Inglaterra — o fim das guerras anuais típicas da Idade Média, prefigurando as grandes guerras dinásticas e nacionais dos sécs. XIV e XV. Nesses confrontos se tornaria, aliás, bem clara a natureza da actividade militar medieval, denunciada pelo mesmo Autor como uma sucessão de cercos, destruições e escaramuças acompanhados de raros combates de maior envergadura e onde sobressaía a importância estratégica das cidades ⁽⁵⁾.

⁽⁴⁾ *Idem, ibidem*, p. 159.

⁽⁵⁾ *Idem, ibidem*, p. 207.

b) *Características gerais da guerra nos séculos XIV e XV:*

Procuremos, entretanto, apreciar o significado destas ideias, através de um exame mais ou menos atento do que se passa nos sécs. XIV e XV, período, insistimos, bastante rico também no plano militar.

Facilitado pela existência de uma documentação muito mais importante e variada, o estudo da presença da guerra nos finais da Idade Média permite desde logo confirmar a ideia do seu peso enorme sobre a sociedade ocidental, neste período particularmente dilacerada por uma crise profunda da qual, convém reconhecê-lo, o aspecto militar será apenas uma das facetas, devido sobretudo às suas incidências no plano da fiscalidade. Recentemente, um historiador brasileiro, Victor Deodato da Silva, considerou que as transformações verificadas no plano militar entre os anos de 1330 e 1480 se revelaram mais intensas do que aquelas que se haviam verificado nos cinco séculos imediatamente anteriores ou do que as que se processariam nos três séculos seguintes (6)!

E, no entanto, tal não significa necessariamente que se tenha assistido então a um especial recrudescimento da violência e da crueldade guerreiras. P. Contamine, por exemplo, calcula em 20 a 50% o montante de perdas humanas entre os vencidos nas batalhas campais, ao mesmo tempo que se recusa a admitir que alguma vez, nos sécs. XIV e XV, tenha sido possível, mesmo por um curto espaço de tempo e em circunstâncias excepcionais, reunir um exército superior a 100.000 homens, números que podemos considerar diminutos quando comparados com os da Antiguidade ou do Antigo Regime (7). Naturalmente que, como já insinuávamos atrás, a beligerância tendia a ser aceite como um mal inevitável e quase natural, prestando-se os períodos de tréguas (muitas vezes bem longos) a ser encarados e vividos como um retemperar de energias para novos e animados confrontos. A chamada Guerra dos Cem Anos, por exemplo, arrastou-se entre 1337 e 1453, verificando-se no entanto serem mais os anos de tréguas do que os de combates propriamente

(6) Victor Deodato da Silva, *Cavalaria e Nobreza no Fim da Idade Média*, Vol. I: *A Crise do combatente montado (da guerra feudal à guerra moderna)*, Belo Horizonte, Itataia/São Paulo, Universidade, 1990, p. 279.

(7) P. Contamine, *ob. cit.*, pp. 416 e 483. Na linha de Ferdinand Lot, *L'art militaire et les armées au Moyen Age en Europe et dans le Proche Orient*, Paris, 1946 (2 vols.), reduziríamos ainda esta estimativa para 30 a 40 mil homens.

ditos. Tal não impediu, contudo, o acumular de indicadores que exprimiam as aspirações populares à paz, tomada agora, não só numa exigência de massas como também num verdadeiro conceito político de alcance não subestimável.

É claro que este "controle" relativo das incidências da guerra sobre a sociedade ocidental dos sécs. XIV e XV veio a ser problematizado à medida que nos aproximávamos dos finais da Idade Média. Na verdade, o período que analisamos destaca-se precisamente por assinalar uma muito curiosa coexistência entre as formas cavaleirescas e "profissionais" de fazer a guerra. Se, por um lado, assistimos à reprodução de métodos de cerco tradicionais e ao desenvolvimento de uma guerra que se exprime em acções de cavalgada e de assédio bastante convencionais (que geralmente evitam a eclosão de grandes batalhas, a que preferem as peripécias de uma boa "guerra guerreada"), por outro não podemos ficar indiferentes às consequências resultantes da introdução no cenário militar da artilharia a pólvora, bem como a um certo esbatimento da diferença entre as tropas que serviam por obrigação (feudal) ou por livre decisão, o que naturalmente contribuiu, entre 1300 e 1500, para um assinalável êxito das companhias de aventura, alimentadas por uma "mão de obra" mercenária capaz de imprimir à arte militar uma crueldade até então inusitada.

Ora, é precisamente esta dinâmica, assente na conciliação de velhos procedimentos guerreiros com as novas soluções possibilitadas pelo progresso técnico-administrativo e financeiro, que permitem catapultar a actividade militar dos finais da Idade Média para o plano dinástico e nacional a que nos referimos. Como é evidente, tal não deverá dissociar-se do processo de crescimento das monarquias, então verificado para o conjunto do Ocidente.

Em conclusão, poderemos dizer que os sécs. XIV e XV marcam, no plano da história da arte militar, esse momento notável de equilíbrio entre a guerra feudal e as novas formas baseadas no recrutamento de uma infantaria mercenária. No interior desse equilíbrio, a nota dominante será ainda dada pelo prestígio do cavaleiro pesado, *mesmo se combatendo desmontado*, mas também já por uma arte que não ignora inteiramente a importância dos circuitos diplomáticos, da "opinião pública" e da própria geografia política e militar, e por isso mesmo se desenvolve em moldes mais profissionalizados, como se atesta pelo recurso a sistemas de informação e espionagem organizados, pelo melhor domínio das categorias espacio-temporais, por uma maior preocupação com o

equipamento, abastecimento e manutenção dos exércitos, enfim, por uma nova política de ordem e controlo militares de que as numerosas codificações, regulamentos, alardos e arquivos especializados coevos de que temos notícia constituem claro testemunho.

c) *Visões da guerra:*

Mas antes de deitarmos um olhar mais pormenorizado sobre o exercício concreto da guerra (nomeadamente sobre as suas componentes táctica e sociológica) no extremo final da Idade Média, vejamos ainda, sucintamente, como essa actividade era encarada.

Por tudo aquilo que já foi dito atrás, resulta clara a inquestionabilidade da actividade militar, em particular entre os meios dirigentes. Contudo, como Claude Gaier pôde já observar, a detenção (generalizada) de armas por particulares e o perfil característico da sociedade medieval — no que diz respeito aos hábitos de resistência à autoridade pública, à vingança privada, à manifesta heterogeneidade e falta de coesão das forças militares e à própria concepção da prática das armas como um privilégio — colocavam um problema de difícil superação⁽⁸⁾. Este tinha essencialmente que ver com a coexistência, e por vezes mesmo interpenetração, entre a guerra "privada" e a guerra "oficial". Nalguns países europeus, como na Suíça e na Alemanha, este problema adquiriu notável relevância, que terá condicionado toda uma reflexão sobre o exercício da violência por particulares e sua articulação com os poderes centrais⁽⁹⁾.

Por outro lado, convirá não esquecer que esta questão terá contribuído, nomeadamente nos reinos mais a Ocidente, para uma complexa abordagem teórica do tema do monopólio da violência e da legitimidade do seu emprego sob a forma organizada de guerra. Como é natural, tal abordagem encontrou preferencial acolhimento nos meios eclesiásticos e exprimiu-se sobretudo pela voz de S. Tomás de Aquino, cuja famosa doutrina da "guerra justa", seguramente inspirada em Santo Agostinho — para quem a guerra era "uma

⁽⁸⁾ Claude Gaier, "Les Armes", in *Typologie des Sources du Moyen Âge Occidental* (dir. de L. Genicot), fase. 34, Brepols Turnhout-Belgium, 1979, p. 85.

O Veja-se W. Schaufelberger, "Zum Problem der militärischen Integration in der spätmittelalterlichen Eidgenossenschaft", in *Allgemeine schweizerische Militärschift*, n- 136,1970, pp. 313-328.

consequência inevitável do pecado original" — fazia depender da autoridade do *príncipe* e da sua intenção de reposição da ordem e da justiça qualquer movimentação armada suscetível de poder ser considerada e aceite como legítima.

Como quer que seja, o certo é que a doutrina da "guerra justa" (que o crescimento das monarquias e as influências canonísticas viriam em parte a matizar), bem como os velhos princípios da "Paz de Deus" e das "Tréguas de Deus", encontraram sempre um incómodo contraponto na mentalidade belicista da cavalaria nobre. E não foi fácil encontrar caminhos coerentes de convergência. Em certa medida, o movimento das Cruzadas representou uma importante experiência nesse sentido, pois no seu seio se acrescentava, à ambição papal, o desejo de glória e de transferência das brigas locais para cenários mais nobres. Mas também a formação dos Ordens de Cavalaria nacionais, os elaborados códigos de guerra cavaleirescos ou ainda as importantes reflexões teológicas e morais sobre a guerra, o problema dos prisioneiros e os direitos dos não combatentes, devidas a autores coevos, parecem ter inequivocamente comungado daquele mesmo espírito.

Para finalizar, registre-se ainda que a divulgação de ideias como as de Cruzada e de Guerra Santa, a par da popularidade de que desfrutaram, nos sécs. XIV e XV, os ideais de justiça e a própria concepção organológica da sociedade expressa por autores como João de Salisbúria, levaram a que, progressivamente, a morte em combate se revestisse da roupagem de um martírio que ganhava uma tonalidade e um revestimento quase nacionais. Como a este respeito observou Ernst Kantorowicz ⁽¹⁰⁾, a morte pela "pátria" começava a insinuar-se e a ser apresentada, religiosamente, como um sacrifício pelo "corpus mysticum secular do Estado". Nos círculos aristotélicos e averroístas de Paris dos finais do séc. XIII, autores com Henri de Gand haviam definido já o verdadeiro alcance do *pro patria mori* como a imitação do sacrifício supremo de Cristo; e em 1446, num importante tratado dedicado a Frederico III de Habsbourg, Aenea Silvio Piccolomini, o futuro Papa Pio II, defenderia mesmo o direito do príncipe a exigir, em caso de urgência para o Estado, a vida dos cidadãos *ad usum publicum*.

⁽¹⁰⁾ Ernst Kantorowicz, *Mourir pour la patrie - et autres textes*, trad, franc., P.U.F., 1984, pp. 105-141.

d) *Quem fazia a guerra: a evolução do recrutamento militar.*

Deixemos porém a análise destas concepções e concentremo-nos agora no tal olhar mais pormenorizado sobre o exercício concreto da guerra no Ocidente dos séculos XIV e XV.

Começaremos por nos perguntar quais as tendências principais registadas ao nível do recrutamento militar ao longo deste período. E sem dúvida muito complexo proceder a uma análise detalhada desta questão. Contudo, aqui como na generalidade desta comunicação, não pretendemos mais do que esboçar quadros gerais. E assim, poderemos dizer, com Christopher Allmand ⁽ⁿ⁾, que é possível detectar três fases no sistema de recrutamento militar, até aos nossos dias: o que resulta das obrigações feudo-vassálicas, o regime de voluntariado e o serviço obrigatório. Ora, em termos gerais, poderemos reconhecer a presença de cada uma destas soluções nos finais da Idade Média. Na verdade, quer pela herança recebida do período anterior, quer pelas próprias novidades oportunamente introduzidas, os sécs. XIV e XV conheceram tanto o sistema tradicional de recrutamento baseado nas obrigações militares contraídas pelos vassallos em relação aos respectivos senhores, como o sistema de contratação remunerada (em função da natureza e da duração do serviço a prestar e da origem social e equipamento dos combatentes), como ainda o sistema de mobilização geral, pelo poder central, de todos os homens livres.

É claro que a coexistência destas várias modalidades gerava uma certa confusão, e mesmo alguma tensão. No entanto, a situação não era uniforme em todo o Ocidente, uma vez que cada reino tendia a definir o seu próprio percurso, tendo em conta a sua especificidade política e social e os seus imperativos militares. Assim, a Inglaterra revelar-se-ia precoce na transição do regime de mobilização geral obrigatória (o *fyrd*, de origem anglo-saxónica) para o sistema de contrato a soldo (*indenture*), assinado entre a realeza e certos grandes capitães. Refira-se, a propósito, que este recurso ao soldo, mais tarde comum a muitos outros países, se relaciona com a divulgação do trabalho assalariado e com as dificuldades financeiras dos senhores feudais, ao mesmo tempo que garantia ao Estado um mais eficiente controlo sobre os seus soldados. Já a França, que a Guerra dos Cem

⁽ⁿ⁾ Christopher Allmand, *La guerre de Cent Ans*, Paris, Payot, 1989, p. 131 ss..

Anos remetia para uma estratégia militar eminentemente defensiva, não abandonou por completo o princípio do serviço militar obrigatório. As grandes reformas levadas a cabo por Carlos VII, na Iª metade do séc. XV, encontrariam mesmo no *arrière-ban* um precioso aliado. Nas regiões do império, por outro lado, proliferaram sem dúvida as tropas mercenárias, em função até do predomínio dos corpos de infantaria. Quanto à Península Ibérica (e em particular a Portugal), far-lhe-emos mais à frente uma referência circunstanciada; a tendência é, contudo, clara: ao recrutamento feudal tradicional acrescentava-se agora um sistema de mobilização dirigido e centralizado pela Coroa.

e) *Como se aprendia a guerra: a didáctica militar:*

Mas para além do recrutamento, interessará também saber como se processava a aprendizagem da guerra. Falaremos aqui, bem entendido, especificamente da nobreza.

Sinteticamente, poderemos dizer que a didáctica militar se processava por dois caminhos complementares: a via teórica e a via prática. Em relação à primeira, deveremos ter em conta aquilo que as livrarias medievais e as fontes narrativas nos dizem sobre os conhecimentos teóricos da arte militar: por um lado, destacam a influência de autores clássicos como Vegécio, cujo *Epitoma Rei Militaris*, única obra completa das instituições militares romanas que transitou para a Idade Média, desfrutou de um ascendente notável a partir do séc. XIII. Por outro, salientam o contributo de autores medievais, quer de tratados de cavalaria, quer de uma literatura histórico-narrativa de cunho didáctico, quer ainda de tratados de guerra propriamente ditos. Entre estes, será legítimo realçar a *Árvore das Batalhas*, compêndio de direito bélico redigido, nos finais do séc. XIV, pelo beneditino Honoré Bouvet, cujo sucesso foi enorme, vindo a tornar-se na grande enciclopédia da cavalaria dos finais da Idade Média.

Quanto à "via prática", teremos de começar por reconhecer a inexistência de verdadeiros exercícios de treino colectivo. É certo que o uso do arco-longo aconselhava a aprendizagem dos rudimentos do combate em grupo. E também as Ordens de Cavalaria, enquanto "associações marciais especializadas", poderiam proporcionar um certo treino militar específico. Todavia, só no séc. XVI, com o aparecimento das Academias Militares, as armas se tornarão verdadeiramente um *métier*. Assim, a aprendizagem prática da guerra

fazia-se através de certas actividades paramilitares que preenchem o quotidiano da nobreza, e de que deveremos destacar a caça, a esgrima e certos jogos, como as justas e os torneios. Estes, eram autênticas reproduções da guerra em campo fechado, obedecendo no entanto a regras particulares que, no séc. XV, lhes imprimiriam um carácter bastante formalista e cortês. Condenados pela Igreja, os torneios, ao que parece no seu período áureo bastante ligados às feiras e à circulação monetária, gozaram, ainda assim, de uma notável popularidade.

f) Como se fazia a guerra: a tática e a estratégia militares:

Eis-nos, finalmente, chegados ao ponto nuclear desta 2- parte da nossa comunicação: saber a que princípios táticos e estratégicos essenciais obedecia, nos sécs. XIV e XV, a arte militar. Com vista a um resumo mais consistente desta temática, começaremos por enunciar algumas ideias gerais que reputamos de particularmente relevantes para, num segundo momento, descendo ao cenário concreto da Guerra dos Cem Anos, explicitar a sua aplicabilidade histórica.

Já antes nos referimos à forma habilidosa como a guerra medieval conciliou no seu seio, nos sécs. XIV e XV, formas cavaleirescas e profissionais de combate, métodos de poliorcética moderna e tradicional, ou como se exprimiu preferencialmente através de acções de razia e fustigamento rápido (as "cavalgadas"), pautadas pela ocorrência de algumas batalhas campais.

Chamemos agora a atenção para o facto dessas movimentações, e ao contrário do que vulgarmente se pensa, obedecerem a princípios táticos razoavelmente elaborados e, com frequência, bastante imaginativos, alicerçados nas fontes anteriormente referenciadas e, sobretudo, numa sabedoria acumulada ao longo dos tempos. Itinerários criteriosos, baseados na experiência de mercadores e peregrinos, recurso a guias locais ou utilização de espões, não eram factores desconhecidos dos chefes militares medievais, para quem o estudo tático das grandes batalhas representava também um autêntico imperativo. Nos finais da Idade Média, a arte militar constituía pois, passe algum exagero, uma verdadeira ciência (12).

Sem dúvida que, no período que analisamos, o protagonismo

(12) A este respeito, veja-se o conjunto da obra de P. Contamine atrás citada.

militar era ainda assumido pelo cavaleiro pesadamente armado, cuja armadura completa, característica dos finais da Idade Média, animava de uma falsa sensação de invulnerabilidade e invencibilidade, que autores como Claude Gaier têm já situado na origem da tática dominante na época ⁽³⁾. Daqui resultava também a extrema importância atribuída aos cavalos, objecto de uma procura, de um cuidado e de um treino assinaláveis. Quanto às operações militares de maior envergadura, devemos notar que a preferência em geral dada aos demorados cercos resultava, não só da importância estratégica decisiva atribuída ao controlo das cidades, povoações e campos adjacentes, como também do próprio receio pelas consequências das grandes batalhas campais. Nestas, pelo número e qualidade dos contingentes envolvidos, jogava-se em pouco tempo e de forma frequentemente irreversível o destino de um conflito ou de uma guerra, pelo que o seu índice de risco era considerado muito elevado. Sujeitas, nos sécs. XIV e XV, a três dispositivos táticos principais — cavalaria montada, cavalaria desmontada e infantaria — utilizados, quer de forma isolada, quer, na maioria dos casos, conjugadamente, as batalhas campais viam ainda o seu desfecho depender em larga medida da solidez do respectivo comando e da disciplina ou indisciplina dos cavaleiros nobres, cuja impetuosidade e individualismo se encarregavam, com frequência, de deitar tudo a perder.

Por razões óbvias, as actividades militares tendiam a concentrar-se entre os meses de Março e Outubro. As distâncias eram calculadas em dias, milhas, léguas ou tiros de besta, sendo percorridas a velocidades que variavam sazonalmente e de acordo com a composição dos exércitos, mas que em média não andariam longe dos 40 Km por dia. Peregrinos, soldados, clérigos, jograis e diplomatas, constituíam um verdadeiro sistema de informações, que acompanhava as movimentações militares e permitia por vezes a reorientação do seu curso. E nem o abastecimento e a alimentação dos exércitos (segundo Afonso X de Castela à base de biscoito e carne salgada) escapava a uma atenção cuidadosa: com efeito, calcula Contamine ⁽⁴⁾ que os homens de guerra franceses dispusessem, no século XV, de rações alimentares da ordem das 3.000 a 4.360 calorias por dia, número que

⁽¹³⁾ C. Gaier, *ob. cit.*, p. 89.

⁽¹⁴⁾ P. Contamine, *La vie quotidienne pendant la Guerra de Cent Ans — France et Angleterre*, Paris, Hachette, 1976, p. 238.

entre os ingleses se elevaria mesmo a 5.500, o que tem de se considerar bastante elevado.

Entretanto, retenha-se ainda, a partir dos meados do século XIV, uma importante mudança na composição dos campos de batalha. Referimo-nos a uma presença mais constante dos pagens e criados (auxiliares de cavaleiros e escudeiros), em grande medida relacionável com o ganho de importância de uma cavalaria ligeira apoiada por atiradores, que começa progressivamente a pôr em causa a supremacia da cavalaria tradicional. Com efeito, arqueiros e besteiros constituem agora as grandes novidades tácticas nos confrontos decisivos, contribuindo para uma certa brutalização da actividade militar e empurrando a cavalaria para a procura de novas soluções. Essas soluções seriam em boa parte encontradas no recurso à cavalaria apeada, que os próprios custos, verdadeiramente exorbitantes, do equipamento militar tradicional tomava cada vez mais recomendável.

A isto acrescia, naturalmente, uma certa perplexidade quanto ao papel a atribuir à infantaria convencional, que, remetida a uma função meramente auxiliar e defensiva, só regressará em força a partir de 1450, com um novo enquadramento, uma outra disciplina e uma nova função.

Tal é, no seu conspecto global, o grande dilema militar no Ocidente dos finais da Idade Média. Notável, na verdade, este percurso, enriquecido ainda pela valorização do papel da artilharia a pólvora (primeiro nas acções de cerco e mais tarde nos campos de batalha), pelas variações tácticas impulsionadas pelo estilo de combate das forças das companhias mercenárias (baseado em ataques de surpresa e em golpes fulgurantes bem programados e sujeitos a um firme comando) e pela importância crescente adquirida pela coordenação entre as movimentações terrestres e uma estratégia de guerra naval em fase de progressiva sofisticação.

Para um melhor entendimento desta problemática, e conforme o prometido, deixemos contudo os cenários globais e penetremos directamente em algumas das principais e emblemáticas peripécias militares (neste caso assumindo geralmente a forma de grandes batalhas) que assinalaram esse grande confronto que, entre 1337 e 1453, opôs os reinos de França e de Inglaterra ⁽¹⁵⁾:

⁽¹⁵⁾ Sobre o que se segue, veja-se especialmente Victor Deodato da Silva, *ob. cit.*, caps. 7,10,12 e 15, *passim*.

Trinta e cinco anos antes do início da Guerra dos Cem Anos, a orgulhosa cavalaria pesada francesa era humilhada em Courtrai, às mãos de uma infantaria flamenga comandada por quadros da nobreza. Era assim dado, em 1302, um claro sinal da mudança necessária nos convencionalismos da arte de guerrear. Não foi, contudo, a França quem mais rapidamente o compreendeu e interiorizou.

Com efeito, experimentado em duros confrontos contra galeses e escoceses nas primeiras décadas do séc. XIV, o exército inglês beneficiou, nas vésperas do início do grande conflito, de uma preciosa aprendizagem, que lhe permitiu compreender o alcance tático da utilização das novas e poderosas armas de tiro (nomeadamente o arco-longo, de origem galesa), bem como os inconvenientes (sobretudo em termos de mobilidade) do excessivo reforço do equipamento defensivo com que a cavalaria tradicional lhe procurava responder. Bannockburn (1314), Hallidon Hill (1332) e Neville's Cross (1346), tinham ao mesmo tempo tornado claras as vantagens de uma escolha criteriosa dos campos de batalha e as potencialidades do assumir de uma posição defensiva sólida e altamente disciplinada.

Os primeiros grandes enfrentamentos da Guerra dos Cem Anos vieram comprovar em toda a linha a eficácia destas novas soluções. As batalhas de Crécy, em 1346, e de Maupertuis-Poitiers, dez anos volvidos, constituíram retumbantes vitórias de um exército inglês cujos triunfos assentavam numa combinação harmoniosa entre uma cavalaria parcialmente desmontada e poderosos corpos de atiradores com arco, disposto defensivamente e em três unidades num terreno exíguo, prévia e sabiamente escolhido e fortificado. Independentemente da questão do aproveitamento útil, em termos do domínio efectivo de grandes regiões do território francês, dos resultados destes confrontos, tornava-se claro que, no campo de batalha, Eduardo III encontrara o antídoto capaz de contrariar com êxito o ímpeto e a superioridade numérica (em Maupertuis-Poitiers terão sido talvez 6 para 11 mil) da pesada cavalaria francesa.

Face a estes primeiros e monumentais fracassos, bem tentou o monarca francês Carlos V proceder a grandes transformações no seu exército. Foram introduzidas tropas de elite, procurou aumentar-se a mobilidade das tropas e reforçaram-se as cadeias de comando, visando o desencadear de acções de surpresa e os assédios rápidos. Porém, o centro de gravidade das forças francesas, a sua cada vez mais pesada cavalaria, não era verdadeiramente posto em causa. E a vingança por esta conseguida na batalha de Roosebeke, em 1382, sobre a infantaria flamenga, apenas serviu para alimentar a sua arrogância e para

provocar uma reversão geral no plano da estratégia militar francesa durante o longo reinado de Carlos VI.

Em Azincourt, por isso, já no ano de 1415, a França ver-se-ia obrigada a reviver os pesadelos de Crécy e de Poitiers. Repetindo os mesmos erros do passado, o exército francês, novamente superior, na proporção de 2/1, ao de Henrique V de Inglaterra — desgastado por uma longa caminhada outonal e desta feita obrigado mesmo a uma postura mais decididamente ofensiva — cedeu de novo face à perícia dos atiradores ingleses e à mobilidade da sua cavalaria apeada.

Para Deodato da Silva, tratou-se já aqui da última *grande* manifestação da guerra feudal no Ocidente. Não por ter implicado qualquer alteração drástica na composição social dos exércitos, mas por ter assinalado a falência do modelo do guerreiro pesadamente armado combatendo a cavalo ⁽¹⁶⁾.

Só que a França, desta feita, aprendera a lição. Derrotado ainda em Vemueil, mas de forma bem mais discreta, em 1424, o novo exército francês de Carlos VII, moralizado pelo desfecho do cerco de Orleães e de outros combates que se lhe seguiram, insuflado de uma nova alma pelo profundo sentimento de unidade que o fenómeno Joana d'Arc e a reconciliação entre os partidos borgonhês e armagnac haviam gerado, e absolutamente travestido quanto à sua mentalidade (bem menos cavaleiresca) e à sua composição (que incluía agora as famosas milícias dos franco-archeiros e importantes grupos de artilharia de campanha), saberia operar a grande reviravolta no desfecho da Guerra dos Cem Anos. Em Formigny, em 1450, e, sobretudo, em Castillon, no ano de 1453, os franceses chegariam à vitória, revelando saber tirar também partido da perícia e da cadência dos homens de tiro e, mais do que isso, da artilharia pirobalística (isto é, das armas de fogo) e da fortificação de posições defensivas altamente estratégicas. Beneficiavam, paralelamente, das dificuldades inglesas, cujo sistema de recrutamento baseado na *indenture* começara a entrar em ruptura, permitindo uma excessiva desproporção entre o escasso número de homens de armas e o volumoso corpo de atiradores no seu exército, cansado, além disso, pelo arrastamento de uma guerra sempre jogada "fora de casa".

Era a vitória da paciência de um outro exército que reconhecendo, após Azincourt, as suas insuficiências em gentes de

⁽¹⁶⁾ *Idem, ibidem*, p. 196.

tiro, optara durante anos pela guerrilha (ao preço, embora, de uma grande devastação dos campos), até se elevar a um grau de profissionalismo que o transformava virtualmente no primeiro esboço de exército permanente na Europa. Após o termo do conflito dos Cem Anos, as guerras não teriam mais um cariz feudal. Cremos que em Nancy, no ano de 1447, ao tombar sob o golpe de alabarda de um soldado de infantaria suíço, Carlos-o-Temerário, duque da Borgonha, assinalaria, simbolicamente, o declínio *definitivo* da cavalaria pesada. Ao lermos Comynnes e o seu relato da acção militar de Luís XI, é já na guerra moderna que pensamos, assente numa infantaria poderosa e bem enquadrada (que recolhe e dimensiona a notável experiência neste campo conseguida nos países de expressão alemã), numa artilharia eficaz e, sobretudo, numa estrutura permanente e profissionalizada, na qual se apoiará o futuro expansionismo francês.

g) *Dois componentes particulares decisivos: as "tropas especiais" e o armamento:*

Muito do que ficou dito atrás acerca da estratégia e da tática militares carece, para uma compreensão cabal, de algumas breves explicitações no que respeita ao armamento utilizado e à presença de tropas de recrutamento não convencional.

Começando por este último aspecto, interessaria sobretudo recordar que a existência de mercenários nos exércitos medievais não é, seguramente, um exclusivo dos sécs. XIV e XV. A inexistência de exércitos regulares levava ao licenciamento cíclico de homens, que o ambiente geral da sociedade medieval convidava a refluir para uma marginalidade paramilitar deveras perigosa. Embora desprezados e condenados pela Igreja, os mercenários-bandidos do género dos "Routiers" dos sécs. XII e XIII mostravam-se difíceis de exterminar. Pior do que isso, tendiam a dar forma a certas associações, que as célebras "condottas" italianas, a Companhia Catalã ou as Companhias de Aventura francesas, dos sécs. XIII, XIV e XV, acabariam por cristalizar. A explicação para este sucesso parece residir, não só na generalização da circulação monetária (utilizada agora, como vimos, para recompensa pelos serviços militares prestados) e na proliferação de conflitos regionais por toda a Idade Média, como também na eficácia com que tais companhias mercenárias, que incluíam muitos elementos da pequena nobreza, desempenhavam as suas funções bélicas. O próprio poder central se viu frequentemente obrigado a utilizá-las como recurso, imortalizando assim as figuras de certos comandantes, como o condestável francês Du Guesclín ou os *condottieri*

John Hawkwood e Silvester Budes que, em Itália, deram origem a verdadeiras linhagens militares.

Este compromisso só viria a ser ultrapassado na segunda metade do séc. XV e ao longo do séc. XVI, com a constituição de exércitos permanentes, que esvaziariam progressivamente de conteúdo o tradicional recurso às forças mercenárias.

Em relação ao armamento utilizado nos sécs. XIV e XV, e que não podemos aqui discriminar, conviria ainda assim precisar algumas ideias. Em primeiro lugar, deve sublinhar-se que a sua inventariação e ordenação tipológica não é fácil de conseguir, dada a extrema falta de precisão no vocabulário técnico utilizado pelos autores coevos. Estes, tendiam a classificar o seu próprio armamento em 3 categorias principais: armaduras (equipamentos defensivos individuais), armas ofensivas, e artilharias (incluindo armas portáteis e máquinas de guerra). Mais tarde, as armas de fogo viriam naturalmente a constituir uma nova categoria ⁽¹⁷⁾.

É claro que hoje os critérios são outros, baseados em distinções de ordem funcional e morfológica, visando uma maior precisão e cientificidade. Como quer que seja, é de assinalar o gosto medieval pelas armas, nomeadamente espadas e armaduras, o que justifica a celebridade então patenteada pelas oficinas de Milão, Tours, Augsburg, Toledo e outras, bem como o estatuto social privilegiado de muitos armeiros. De resto, o armamento relacionava-se directamente com a definição das hierarquias sociais, tendo evidentes implicações no plano da própria fiscalidade. Além disso, cerimónias como as investiduras de armas ou o armamento de cavaleiros convertiam-se em autênticas "festas do poder", como G. Duby teve já a oportunidade de assinalar ⁽¹⁸⁾.

Em traços gerais, e sem escamotear a importância das armas brancas ou o facto de na guerra medieval certos instrumentos agrícolas, como por exemplo as gadanhas, serem amiúde convertidos em armas (normalmente usadas pela peonagem), diríamos que haverá que prestar particular atenção a três tipos principais de armamento: as armas neuro-balísticas, o equipamento defensivo e a artilharia a pólvora.

⁽¹⁷⁾ Ver C. Gaier, *ob. cit.*, p. 18.

⁽¹⁸⁾ Citado por Bonifacio Palacios Martin, "Investidura de armas de los reyes españoles en los siglos XII e Xíffl", in *Gladius*, 1988, p. 161.

Em primeiro lugar, as armas neuro-balísticas, normalmente baseadas no arremesso de projectéis (como setas, flechas e virotões) através da tensão de cordas, e de que se destacavam o arco e a besta: dispunham de alcances eficazes comparáveis (algo em tomo dos 200 a 400 metros), mas o arco revelava-se muito mais rápido (produzia até cerca de 12 tiros por minuto), enquanto a besta — usada tanto a pé como a cavalo — era bastante mais difícil de manusear (cerca de 3 tiros por minuto), sendo, contudo, mais precisa e de impacto consideravelmente maior (daí, aliás, a sua condenação no concílio de Latrão II). Ambos tiveram enorme repercussão nos sécs. XIV e XV, sendo manifesta a sua influência na transformação dos equipamentos defensivos.

A este respeito, e em segundo lugar, convirá sobretudo reter, para os finais da Idade Média, a passagem da cota de malhas à armadura de placas, cujo triunfo o séc. XV consagrará. Tais armaduras, penosamente transportadas pelo cavaleiro pesado a que atrás nos referimos, chegavam a comportar 250 peças e a pesar 4 arrobas! Note-se ainda a protecção colocada igualmente sobre os cavalos, bem como a tentativa, nunca inteiramente conseguida, de definição de um equipamento estandardizado para os atiradores montados.

Em terceiro e último lugar, destaque-se o papel desempenhado pelas armas de fogo. Embora coexistindo longamente com a artilharia convencional, muito em especial com o trabuco (máquina de sítio destinada a expedir pedras e objectos inflamáveis contra as praças, através da energia cinética), a artilharia pirobalística acabaria por provocar uma alteração fundamental nos teatros de guerra. A sua utilidade revelar-se-ia primeiro nos cercos e só mais tarde nos campos de batalha. A sua rentabilização óptima foi bastante demorada, devido aos custos de produção, às dificuldades de transporte e ao seu a princípio limitado alcance (inicialmente, a artilharia pirobalística valeria mais pelo aparato e confusão que provocava do que pela sua eficácia real) ⁽¹⁰⁾. A partir do séc. XV, com a maior afirmação dos poderes públicos, nomeadamente em França, a artilharia a pólvora elevou-se a um plano de grande destaque: em parte responsável, como vimos, pela reviravolta operada na Guerra, ela passou a dispor

⁽¹⁰⁾ Acerca do alcance das armas de tiro nos finais da I. Média, deve consultar-se Gastão de Melo de Matos, *Memória sobre o alcance das armas usadas nos séculos XV a XVIII*, sep. dos *Anais da Academia Portuguesa de História*, vol. IX, Lisboa, 1945.

de balas de ferro e a ver generalizada a sua utilização pelas cidades; em breve, assistiremos à vulgarização de armas de fogo portáteis, à sua posse por particulares e à instalação de artilharia a bordo dos navios. A título de exemplo, e para finalizar, recorde-se que na França dos finais do século XV as despesas com a artilharia representavam já cerca de 8% do total das despesas militares da respectiva monarquia ⁽²⁰⁾.

h) Um símbolo de pedra imóvel, mas decisivo: a fortificação militar:

Esta nossa síntese ficaria incompleta se não dedicássemos ainda um pouco da nossa atenção à questão das fortificações militares. Na verdade, e durante bastante tempo, foi sobretudo junto aos muros dos castelos e fortalezas medievais que dispararam as armas de fogo de que falávamos. Contra esses muros mas também a partir deles, já que desde o 3- quartel do séc. XIV a artilharia pirobalística tendeu a incorporar-se na estrutura das fortificações, possibilitando aquilo que Contamine apelidou de "defesa dinâmica" das praças fortes.

Esta vulgarização do uso das armas de fogo no decurso das operações de cerco provocou, sem dúvida, algumas perplexidades ao nível da arquitectura militar. Desde logo porque tais armas coexistiram longamente, conforme dissemos, com todo um arsenal de assédio tradicional, mais baseado na escalada dos muros — através de bastidas (torres de madeira móveis), escadas, gatas (pequenos artificios de madeira em forma de castelo, destinados ao pique da muralha), etc. — e na projecção para o seu interior de projecteis e materiais inflamáveis, do que propriamente no respectivo derrube. Desta forma, punha-se a questão de saber se os panos de muralha deveriam valorizar, como tradicionalmente, a altura e a inacessibilidade dela resultante, ou se, pelo contrário, deveriam antes optar pela espessura, resistindo ao poder da artilharia pirobalística.

Como quer que seja, parece pacífico que, até ao séc. XV, os castelos terão superado em matéria de defesa os meios ofensivos, graças precisamente à capacidade adaptativa revelada pela arquitectura militar (que acusa uma forte influência oriental, tornada possível pelas Cruzadas) e à sua disponibilidade para encontrar soluções que lhes permitissem beneficiar também das vantagens das novas armas de fogo. Fortificações mais baixas mas mais sólidas,

⁽²⁰⁾ Ver P. Contamine, *La guerre*. . j á cit., p. 273.

barbacãs (reforços do pano de muralha, avançados em pontos estratégicos) e troneiras (aberturas rasgadas em vez de seteiras, para o disparo dos trons ou bombardas), são alguns exemplos das novidades a este nível verificadas durante o período considerado.

São, aliás, evidentes as preocupações reveladas pelo poder, no que diz respeito ao estado de conservação das fortificações e ao reforço das cintas de muralha. Tal preocupação, além de insinuar uma certa relação entre a política militar e o crescimento do poder monárquico, sublinha também os cuidados com que era encarada a defesa municipal. Note-se entretanto que, mesmo em França, nem todas as cidades eram fortificadas, e muitas delas só o foram no decurso e por acção da guerra.

Recorde-se, por fim, que a implantação dos castelos obedecia ainda a imperativos que tinham de harmonizar-se, por um lado com as condições naturais de defesa impostas pela geografia e pelas exigências de controlo de determinados territórios e/ou vias de comunicação, e por outro com a definição das próprias linhas de fronteira.

i) Decorrências sociológicas dos novos desenvolvimentos militares:

Chegados aqui, não deixaremos ainda de debater sucintamente a questão das implicações que, do ponto de vista da composição social dos exércitos, resultaram das novas formas de combate características dos sécs. XIV e XV. Terão elas, como tantas vezes se pretende, assinalado o declínio da aristocracia e o esvaziamento dos valores cavaleirescos que se lhe associavam? Terão elas podido representar a faceta militar do triunfo de uma burguesia em irresistível ascensão social?

Não se trata aqui de sublinhar a relação íntima que a guerra estabelecia com a mobilidade da nobreza e os respectivos sonhos de promoção social, quantas vezes garantidos por uma citação nas crónicas de autores como Froissart. Nem tão-pouco de insistir na dinâmica militarmente vocacionada do grupo social nobre, na sua coesão e belicosidade típicas ou na fidelidade e "espírito de mesnada" que tão fortemente o caracterizavam.

Com efeito, e reconhecendo embora, à partida, a evidente presença de elementos não feudais nos exércitos, bem como a importância — nunca desmentida — dos corpos de infantaria no seio das hostes medievais (sobretudo, insistimos, nos países de expressão alemã), o que nos preocupa aqui é saber até que ponto é que a crise

do combatente pesadamente armado acarretou a falência da aristocracia militar que lhe dava expressão.

Não é simples responder com segurança a esta pergunta. As importantes variações verificadas ao nível do recrutamento militar, os reflexos que determinado tipo de problemas, como por exemplo o custo exorbitante dos equipamentos, tiveram no plano da adopção de novas soluções tácticas baseadas no predomínio da cavalaria desmontada, os efeitos da gradual introdução e generalização da artilharia pirobalística nos campos de batalha, ou mesmo a possibilidade — aventada por alguns autores ⁽²¹⁾ — de uma certa diferenciação entre as hierarquias militares e sociais, tomam, na verdade, aquela questão muito complexa.

Pensamos que, no essencial, o historiador brasileiro V. Deodato da Silva, numa obra recente a que já atrás nos reportámos, enquadra correctamente estes problemas. Para ele, a crise do cavaleiro armado é anterior à introdução das armas de fogo e responde sobretudo à contradição verificada entre a natureza do serviço militar de inspiração feudal e os novos objectivos concretos das monarquias. Todavia, as mudanças tácticas registadas não provocaram, pelo menos de imediato, qualquer subversão hierárquica: para Deodato da Silva, o sucesso da cavalaria apeada esvaziou sem dúvida a postura do homem de armas tradicional, mas não impediu que este se reconvertisse às novas soluções, sem que isso implicasse qualquer ruptura sócio-militar ou qualquer abalo das hierarquias sócio-políticas. Numa palavra, uma mudança táctica na continuidade hierárquica, dada até a menoridade militar do elemento burguês e a grande estabilidade humana na composição dos exércitos, ao menos ao nível dos seus comandos. Assim sendo, não deverá estabelecer-se uma relação directa entre a ascensão da burguesia e o triunfo do combatente a pé. Tão-pouco os corpos de atiradores-arqueiros devem ser considerados como uma infantaria burguesa, mas antes como uma força de artilharia. Ainda segundo o historiador brasileiro, que aqui seguimos, as grandes vitórias inglesas na Guerra dos Cem Anos (e nomeadamente Azincourt), não provocaram pois qualquer alteração drástica na composição social dos exércitos. Pelo contrário, o que se verifica é que as grandes reformas militares dos finais da Idade Média (mesmo a de Carlos VII de França) denunciam uma clara intenção de

(21) Por exemplo: Leopold Auer, "Mittelalterliche Kriegsgeschichte", in *Francia*, nº 10, 1982, pp. 449-463.

incorporação dos sectores sociais tradicionais no "centro vital" desses exércitos (22).

Já entretanto, no que diz respeito aos propalados "valores cavaleirescos", uma lenta agonia será inevitável. A popularidade e utilidade dos corpos mercenários ao longo de todo o período a que nos reportamos, a crescente profissionalização dos exércitos e, acima de tudo, o triunfo definitivo da artilharia (que punha naturalmente em xeque as formas nobres tradicionais de combate, baseadas na coragem do corpo a corpo), remeteram, na ponta final da Idade Média e na aurora do mundo moderno, esses mesmos valores para o plano de um irreversível saudosismo.

j) *Algumas consequências económicas e políticas da guerra nos finais da Idade Média:*

Resta-nos chamar rapidamente a atenção para alguns aspectos particulares, de incidência mais estritamente económica e política, resultantes dos desenvolvimentos da arte militar nos sécs. XIV e XV.

Do ponto de vista económico, nunca será por demais destacar as consequências que o exercício da guerra teve no plano da organização da actividade fiscal (quer local, quer regional) dos países que mais acentuadamente se confrontaram com o espectro da guerra. Com efeito, esta obrigou ao lançamento de novos impostos e, sobretudo, provocou amiúde a definição de uma nova estruturação do aparelho fiscal. Por outro lado, e como já notou C. Allmand, a actividade militar, sobretudo no caso inglês, também se revelou como um curioso factor de redistribuição da riqueza, ao mesmo tempo que não deixou de fazer sentir os seus efeitos ao nível da expansão comercial (23).

Politicamente, teremos de reconhecer que o fenómeno da guerra nos sécs. XIV e XV contribuiu decisivamente para a definição e consolidação de estruturas de natureza pré-estatal. A criação e especialização, motivada pela guerra, de certos órgãos burocráticos associados à administração central (havia que facultar aos exércitos novos meios financeiros, técnicos e logísticos), o aparecimento de impostos *ad defensionem patriae*, o reforço das preocupações relacionadas com a integridade territorial de certos reinos e com a

(22) V. Deodato da Silva, *ob. cit.*, nomead. p. 285.

(23) C. Allmand, *ob. cit.*, pp. 230-234.

clara delimitação das respectivas fronteiras (tal é, em grande medida, o detonador da Guerra dos Cem Anos), a elevação jurídica da realeza francesa a um plano nunca antes alcançado (recorde-se a definição dos crimes de lesa-majestade e o teor das cartas de perdão), já para não falar no significado da criação dos primeiros exércitos permanentes, parecem-nos a esse respeito bastante sugestivos (24).

3. O caso português

Exposto este panorama sobre a situação militar no Ocidente dos sécs. XIV e XV, perspectivemos agora, ainda que sem o pormenor com que gostaríamos, as principais vertentes do caso português.

Recorde-se, a título prévio, a enorme influência que a actividade militar exerceu sobre o perfil da sociedade medieval portuguesa. A formação do condado, a definição do grupo social nobre ou a vivência interna e muito particular de concelhos como os do interior fronteiriço (é o caso de Riba-Coa), tudo aspectos indissociáveis do esforço da Reconquista e da guerra com Leão, são exemplos privilegiados e indiscutíveis da importância vital do fenómeno da guerra no Portugal medievo. Marcado pelo peso da herança militar muçulmana (em boa parte transmitida por via moçárabe), ele pontua na verdade, através dos castelos, a nossa paisagem, ao mesmo tempo que promove a criação de grupos "sócio-profissionais" particulares (como as cavalaria ou os besteiros) e que penetra nas malhas do regime senhorial.

Tentemos, pois, uma apresentação sucinta das suas principais coordenadas, com particular incidência nos sécs. XIV e XV. Começaremos por uma referência geral à conjuntura peninsular.

a) A conjuntura militar na Península Ibérica nos finais da Idade Média:

Já se tem apelidado a sociedade medieval "espanhola" (em especial a dos sécs. VIII a XIII) como uma sociedade "organizada para a guerra" (25). Como é natural, tal julgamento resulta das especificidades da situação militar ibérica, particularmente motivadas

(24) Ver, nomeadamente, C. Allmand, *ob. cit.*, p. 192 ss.

(25) E. Lourie, "A Society Organized for War: Medieval Spain", *Past and Present*, nº 35, 1966, pp. 54-76; James F. Powers, *A Society Organized for War — The Iberian Municipal Militias in the Central Middle Ages, 1000/1284*, Berkeley, 1989.

pelos imperativos da Reconquista e pelos reflexos que estes poderão ter tido em termos de organização do poder central, a quem competia coordená-la e dirigi-la.

Na verdade, o prolongamento — ao longo de séculos e quase ininterrupto (isto é, sem armistícios) — dos confrontos entre cristãos e muçulmanos, teve implicações muito importantes, não só ao nível da ascensão da cavalaria vilã (e aproveite-se para recordar a importância dos cavaleiros das cidades em Leão e Castela), como também em termos do reforço do aventureirismo e da vocação guerreira insaciável da nobreza ibérica, aspecto por diversas vezes sublinhado (por exemplo para o caso de Cáceres) pelos historiadores espanhóis ⁽²⁶⁾.

Tem-se considerado que os principais conflitos internos que atravessaram a Península nos finais da Idade Média (recorde-se, por exemplo, o caso das guerras trastâmaras) têm ainda um carácter marcadamente feudal, ao mesmo tempo que se imputa às crises político-militares ocorridas no séc. XV uma tonalidade benigna e desprovida de especial relevância militar ^(26 27). Tal não deve, contudo, fazer-nos esquecer que pelo território peninsular passaram, não só os ecos, como também as próprias acções concretas da Guerra dos Cem Anos, que durante um curto período (o que se sucedeu à assinatura do tratado de paz de Brétigny, em 1361) se desviou do seu cenário natural, para se transportar precisamente para a Península Ibérica. De facto, em Nájera, no ano de 1367, traçaram armas os exércitos do Príncipe Negro e de Du Guesclin, numa interferência directa nos desenvolvimentos da guerra civil castelhana. Será desnecessário sublinhar a importância desta ocorrência, que possibilitou um contacto directo com as inovações tácticas de além-Pirinéus, numa verdadeira antevisão do que viria a ser a poderosa influência do modelo militar inglês no exército do Portugal do último quartel do séc. XIV. Na mesma linha de ideias, e para finalizar, recorde-se também que a guerra de Granada (cujo expoente se alcançará em 1482-1492), conduziu a um contacto não desprovido de alcance táctico-militar entre exércitos cristãos peninsulares (no período dos reis católicos recheados já, não só das milícias concelhias, como também de

⁽²⁶⁾ Ver, designa da mente, Santos Benitez Floriano, "La nobleza cacerense en los siglos XII-XV", in *Gladius*, 1988, pp. 13-20.

⁽²⁷⁾ Veja-se, por exemplo, V. D. da Silva, *ob. cit.*, p. 258.

mercenários estrangeiros) e o exército nazarí, cujos sistemas defensivos, composição e armamento (onde pontificavam os arqueiros e besteiros, os famosos *jinetes* e os esquadrões de cavalaria) deram cartas na Península nos finais da Idade Média, tendo tido mesmo alguma influência na evolução da guerra civil trastâmara (28).

b) A organização da guerra em Portugal nos secs. XIV e XV:

Mas é, mais concretamente, de Portugal que nos interessa falar. Vejamos por isso, em traços gerais, como se estruturava entre nós a organização militar no período em que nos vimos situando, isto é, entre as primeiras décadas do séc. XIV e os meados do séc. XV.

Muito marcada, como vimos, pelo modelo árabe, o que desde logo se reflecte no respectivo vocabulário, a vida militar medieval portuguesa (a cuja monarquia primitiva se tem reconhecido até um carácter fortemente guerreiro), sofreu um processo evolutivo bastante intenso, pautado por sucessivas reformas no plano do recrutamento, dos cargos militares, do equipamento, das estruturas de enquadramento e da própria legislação, as quais encontrariam em D. Afonso IV, D. Fernando, D. João I, D. Duarte e D. Afonso V notáveis impulsionadores.

De uma forma geral, podemos dizer que a composição do nosso exército assentou então na conjugação das tropas de cavalaria — fornecidas pelas "lanças" dos vassallos, pelos cavaleiros e escudeiros nobres que se apresentavam isoladamente, pelas Ordens Militares e pela cavalaria-vilã (mais tarde "aquantiada") — com a infantaria que os homens de pé, os peões dos concelhos e, a partir de determinada altura, os besteiros do conto corporizavam. A acompanhar a hoste assim constituída, seguia sempre a "carriagem", onde se concentravam os alimentos, objectos pessoais, animais, instrumentos e serviços de apoio indispensáveis à efectivação das campanhas.

É claro que a estrutura deste exército reflectia sobretudo a modalidade do recrutamento feudal tradicional, baseada no serviço dos vassallos, que deviam apresentar-se com determinado número de lanças (para o que auferiam as respectivas "contias"), e nas obrigações militares dos concelhos. Contudo, deve observar-se que, a partir de D. Afonso IV, se lhe acrescentou o sistema centralizado pela Coroa e

(28) Sobre o exército nazarí, veja-se Cristóbal Torres Delgado, "El ejército y las fortificaciones del reino nazarí de Granada", in *Gladius*, 1988, pp. 197-217.

baseado no recrutamento (nos concelhos e preferencialmente entre os mesteiros) de besteiros, objecto de um arrolamento que pressupunha uma distribuição criteriosa pelas várias comarcas do reino e por isso mesmo conhecidos pela designação de besteiros do conto.

Nunca terão sido muitos os efectivos militares assim reunidos. Talvez, e apesar das imensas dificuldades em conseguir estimativas credíveis a este respeito, não mais de 6 a 8 mil homens, mesmo nas mobilizações mais felizes. Segundo Oliveira Marques ⁽²⁹⁾, já nos inícios do séc. XV ter-se-á procurado estruturar um hipotético exército fixo de defesa, que não ultrapassaria as 3.200 lanças (das quais 500 a fornecer pelos capitães feudais e 340 pelas Ordens Militares de Santiago, Avis, Cristo e Hospital) e os 5.000 besteiros. Em conclusão, uma massa militar relativamente reduzida, justificável em função da limitada duração das campanhas, as quais, para a época que nos importa, se concentraram sobretudo no período das três guerras fernandinas e, naturalmente, entre 1384 e 1386 (com alguns prolongamentos mais esporádicos), aquando dos episódios da Revolução que levaria ao poder o Mestre da Ordem de Avis. Isto para já não falar em outros confrontos militarmente menos representativos, como os que entre 1336 e 1338 opuseram D. Afonso IV ao monarca castelhano seu genro ou os que, em 1449, assinalaram a queda do Regente nos campos de Alfarrobeira.

A coaptação concreta, preparação e enquadramento destes efectivos militares não era, além disso, muito simples. Para além dos contos de besteiros (experiência que D. João II tentou mais tarde aplicar aos próprios vassallos, ao que parece sem grandes frutos), estruturas havia como as vintenas, as comarcas ou as frontarias que, em conjugação com os castelos e as cidades fortificadas, procuravam definir os contornos de uma organização militar global provavelmente ainda bastante grosseira e cujo estudo se encontra praticamente por fazer. Segura é, entretanto, a importância do papel desempenhado pelos alcaides (não só no recrutamento e na vigilância e conservação dos castelos como no comando de muitas operações militares), dos anadéis (responsáveis pelos besteiros do conto) e dos coudéis (incumbidos da inspecção e provimento dos indispensáveis cavalos).

⁽²⁹⁾ A. H. de Oliveira Marques, "A Arte da Guerra", in Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, *Nova História de Portugal*, vol. IV, *Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV*, Lisboa, Presença, 1987, p. 350.

Normalmente deficitárias no que respeita à sua preparação para os combates (só a nobreza dispunha de alguma instrução bélica), as tropas eram frequentemente sujeitas a revistas ou alardos. Estes, destinavam-se a apurar do estado e equipamento dos guerreiros, prevendo-se a sua remuneração (através de quantias e de soldadas e, no caso dos vilãos, em articulação com os próprios concelhos) de acordo com a respectiva origem social, tempo de serviço e equipamento apresentado. Sobretudo a partir de D. João I, destaca-se ainda a preocupação em organizar armazéns e arsenais de guerra, o mais importante dos quais, directamente dependente da Coroa, se sediou em Lisboa.

Quando em campanha, o exército (e distingamos aqui a hoste real das companhias de alguns capitães, como por exemplo Nuno Alvares Pereira, as quais juntariam 300 a 400 homens) dispunha evidentemente de uma estrutura hierárquica própria, isto é, de uma cadeia de comando onde se destacavam o condestável (que D. Fernando substituiu ao alferes-mor), o marechal e os vários capitães, apoiados por oficiais diversos e pela inestimável acção de batedores e exploradores como o adail, o almocádem e os almogávares. Finalmente, e em relação ao abastecimento do exército, cuja mobilidade não andaria longe da dos seus congéneres europeus, refira-se que este era em boa parte garantido durante as próprias deslocações (sobretudo em território não português), à custa, evidentemente, do saque das povoações atravessadas.

c) Aprendizagens e encenações nobres da guerra:

Já vimos atrás que, nos finais da Idade Média, a arte militar é, no conjunto do Ocidente, uma coisa séria, para não dizer uma ciência. Também em Portugal, dada a importância da força e da nobreza na nossa sociedade, a guerra era uma actividade acarinhada e ensinada, nos meios aristocráticos, desde muito cedo. Daí que a sua aprendizagem (teórica e prática) se processasse em moldes semelhantes aos que vimos acontecerem no resto da Europa.

Assim, é possível reconhecer entre nós a influência de autores como Vegécio (objecto provável de uma tradução do infante D. Pedro) e Honoré Bouvet, ambos presentes, a par de alguns romances de cavalaria, na biblioteca de D. Duarte. E também não restam dúvidas sobre a importância do estudo táctico das batalhas: a este respeito, Oliveira Marques chama curiosamente a atenção para a importância estratégica atribuída pelo célebre *Livro da Montaria*, de D. João I, à caça

e mesmo ao xadrez, e ainda para a utilização de teatros em relevo na preparação de certas campanhas militares, como no caso de Ceuta e segundo informação de Zurara ⁽³⁰⁾.

Paralelamente, é possível que as Ordens Militares proporcionassem algum treino específico, assunto que contudo se encontra ainda por esclarecer. Como quer que seja, era sobretudo no contexto do desenvolvimento dos seus próprios divertimentos (a braceria, a pela, as canas, o páreo, o tavolado, a quintana, as justas, os torneios e muitos outros) que a cultura aristocrática integrava as formas práticas de aprendizagem da guerra. Jogos iniciáticos e paramilitares, bem entendido, que respondiam plenamente à vocação guerreira e às ambições nobilitárias da nobreza.

Não se esqueça, porém, o papel desempenhado pela caça (a "caça desportiva", como lhe chamou Carlos Riley num importante trabalho ⁽³¹⁾), que constituía uma outra e decisiva forma de preparação para a guerra, sem armas de tiro e privilegiando essencialmente o contacto físico, o corpo a corpo. Sobretudo a montaria (caça feita a cavalo a animais de grande porte, como o veado, o urso ou o javali, e sobre a qual, como dissemos, D. João 1 compôs mesmo um tratado) constituía uma excelente propedêutica da guerra, valorizando capacidades como a ligeireza, a força, o manejo das armas e a arte de bem cavalgar (objecto também de um famoso escrito pedagógico de D. Duarte).

d) *Operações militares em Portugal nos finais da Idade Média:*

Analisemos agora quais os principais tipos de operações militares levadas a cabo em Portugal nos sécs. XIV e XV e a que princípios estratégicos e táticos dominantes obedeceriam.

De acordo com um estudo realizado em 1990 por dois alunos da licenciatura em História (António Manuel Ribeiro e Lia Sá Paulo) ⁽³²⁾, as operações militares relatadas na Iª Parte da *Crónica de D. João I* distribuem-se da seguinte forma: 50,65% tem que ver com

⁽³⁰⁾ *Idem, ibidem*, pp. 62 e 335.

⁽³¹⁾ Carlos Guilherme Riley/Maria Helena C. Coelho, "Sobre a Caça Medieval", *Estudos Medievais*, nº 9, 1988, pp. 221-267.

⁽³²⁾ A. M. Ribeiro e Lia A. S. Paulo, *Operações Militares na Crónica de D. João I (1- Parte)*, Faculdade de Letras, Coimbra, 1990 (dactil.). Este trabalho foi elaborado sob a nossa orientação, no âmbito da disciplina de "História da Idade Média"

manobras de poliorcética (isto é, de cerco), 25,97% com incursões militares diversas (nomeadamente cavalgadas), 6,49% com operações de guerra marítima (que não poderemos aqui tratar, mas que tinham ainda um carácter essencialmente subsidiário) e apenas 1,30% com batalhas campais (recorde-se que o texto termina com as Cortes de Coimbra de 1385, ainda antes, portanto, de Aljubarrota), cabendo os restantes 15,58% a outras intervenções, de caracterização mais indefinida.

Privilégio, pois, para as acções de cerco e para a "guerra guerreada", à maneira do que vimos suceder no conjunto do Ocidente para a mesma época. Campanhas variadas, normalmente efectuadas no Verão e de alcance bastante restrito, em que aos ataques a cidades e castelos se sucediam as incursões para a obtenção de presas e bens ou as acções de defesa do território e das povoações, umas e outras bastante dependentes da intervenção dos alcaides e conhecidas por designações muito diversas (algumas das quais remontam ao tempo da Reconquista ou da guerra com Leão), tais como *apelido*, *azaria*, *fossado*, *razia*, *cavalgada*, *emboscada* e muitas outras.

Do ponto de vista tático-estratégico, a que princípios obedeceriam estas movimentações, designadamente aquelas que acabariam por conduzir aos grandes confrontos em campo aberto? De acordo com alguns autores, entre os quais Deodato da Silva, a partir de D. Fernando, e graças às suas grandes reformas militares e à progressiva influência inglesa, cujo modelo militar Portugal procurou adoptar, o poderio bélico do nosso reino terá aumentado consideravelmente ⁽³³⁾. Tal potência não foi ainda evidenciada no decurso das guerras femandinas, mas revelar-se-ia já nos principais enfrentamentos de 1384-86.

Recuando um pouco no tempo, para tentar tomar mais explícita esta nossa síntese, diríamos que, para retomar as palavras abalizadas de Ada Bruhn de Hoffmeyer ⁽³⁴⁾, a batalha do Salado (de 1340), para além da sua influência no fim da Reconquista, terá também marcado o princípio de uma nova era na arte da guerra na Península Ibérica, graças sobretudo ao uso da artilharia a pólvora. Os meados do séc. XIV terão, pois, assinalado entre nós um importante período de mudança ao nível do armamento e das tácticas militares. E na verdade, ao lermos os notáveis relatos do cronista galego Vasco de Aponte

⁽³³⁾ V. D. da Silva, *ob. cit.*, pp. 152 e 169.

⁽³⁴⁾ Ada Bruhn de Hoffmeyer, "Las armas en la Historia de la Reconquista", in *Gladius*, 1988, p. 89.

(autor já da metade do séc. XVI, mas que escreve sobre a guerra na sua região na 2- metade do séc. XIV), não podemos deixar de nos maravilhar perante a sabedoria táctica e a capacidade de ludíbrio dos cavaleiros galegos deste período. Com efeito, não há dúvida que os chefes operacionais galegos revelavam já um apurado conhecimento do terreno e muita prudência no desenvolvimento das suas acções, condicionadas por um serviço de espionagem razoavelmente sofisticado ⁽³⁵⁾. Os respectivos exércitos parece aliás, e ainda segundo Vasco de Aponte, terem-se caracterizado por uma grande mobilidade (quer diurna, quer nocturna), por uma notável astúcia, pelo emprego de métodos avançados de derrocada e reparação de fortalezas e, à boa maneira medieval, por um humor apurado e um desprezo quase religioso perante a morte ⁽³⁶⁾.

Ora, também já vimos que o exército nazarí do séc. XIV era uma força temida, apresentando uma composição diversificada e bastante completa. Serve tudo isto para concluir que, com tal enquadramento, a guerra já assumiria seguramente, entre nós, um carácter organizado e rigoroso que, graças até à presença de corpos de atiradores, ao tipo de armamento utilizado e à presença de companhias de recrutamento mercenário (aspectos que adiante focaremos mais em detalhe), alguns autores, e particularmente José Mattoso, não têm deixado de acentuar ⁽³⁷⁾.

A estratégia militar era portanto, no Portugal dos finais da Idade Média, uma preocupação séria entre os meios dirigentes, e as indicações tácticas sugeridas pelo infante D. Pedro a seu irmão D. Duarte, na famosa carta de Bruges de 1426, ou por este monarca ao infante D. Henrique aquando do assalto a Tânger em 1437 ⁽³⁸⁾, dão-nos dessa realidade um testemunho precioso.

⁽³⁵⁾ A respeito da presença e da acção dos espões militares nos finais da Idade Média, lembramos o interessante artigo de Christopher Allmand, "Les espions au Moyen Age", in *L'Histoire*, nº 55, Avril, 1983, pp. 34-41.

⁽³⁶⁾ Sobre tudo isto, veja-se Vasco de Aponte, *Recuento de las Casas Antiguas del Reino de Galicia*, Santiago de Compostela, Xunta de Galicia, 1986; Angel Rodríguez González, "Una fuente para el estudio de las luchas nobiliarias en la Galicia del siglo XV", in *Gladius*, 1988, pp. 193-196.

⁽³⁷⁾ Ver José Mattoso, "A nobreza e a revolução de 1383", publ. in *Fragmentos de uma composição medieval*, Lisboa, Estampa, 1987, p. 288.

⁽³⁸⁾ Ver *Livro dos Conselhos de el-rei D. Duarte (livro da cartuxa)*, ed. diplom. de João José Alves Dias, Lisboa, Estampa, 1982, pp. 27-39 e 121-134.

Tem-se muitas vezes visto, sobretudo a partir de uma leitura pouco contextualizada dos textos dos nossos cronistas da época (nomeadamente Femão Lopes), a arte militar portuguesa dos sécs. XIV e XV como uma afirmação do triunfo das *novas* forças de infantaria no seio dos nossos exércitos ⁽³⁹⁾. Tal leitura parece-nos demasiado apressada. Com efeito, as campanhas militares que tiveram lugar entre nós no âmbito da chamada "guerra da independência", e em particular as que se desenvolveram sob a batuta e o comando de Nuno Álvares Pereira, parecem antes revelar uma concepção ainda marcadamente medieval-feudal sobre a forma de fazer a guerra e sobre a sua natureza e objectivos. No seu interior, e como muito bem chamou a atenção Artur Manuel Ceia, verifica-se uma clara predilecção pela "guerra guerreada", a par de um sugestivo entendimento das forças de infantaria como um corpo essencialmente auxiliar e de recurso ⁽⁴⁰⁾. Nestes termos, a tão propalada táctica portuguesa do "pé terra" terá de ser em parte entendida como uma decorrência da própria composição social do exército, sistematicamente confrontado com grandes dificuldades de recrutamento e com a escassez de homens de armas montados ⁽⁴¹⁾.

No entanto, isto não deve obstar a que encaremos os dispositivos tácticos utilizados pelas tropas portuguesas (ou anglo-portuguesas), em batalhas como Atoleiros ou Aljubarrota, como um reflexo natural das novas orientações estratégicas experimentadas no Ocidente, e particularmente pela Inglaterra, no âmbito da Guerra dos Cem Anos, a que anteriormente fizemos referência. Essas orientações, recorde-se, alicerçavam-se numa combinação harmoniosa entre cavalaria montada, cavalaria apeada, homens de tiro e infantaria,

⁽³⁹⁾ É, por exemplo, o caso de António Sérgio, no seu célebre "Prefácio" à *Crónica de D. João I de Femão Lopes* (ed. Lopes de Almeida e Magalhães Basto, Lisboa, 1945).

⁽⁴⁰⁾ Note-se contudo que, por entroncar numa tradição bastante mais sólida e diversificada do que no resto do Ocidente, a utilização dos corpos de infantaria na Península Ibérica deve ser ponderada com especial atenção, tal como previne Miguel Ángel Ladero Quesada, "La organización militar de la corona de Castilla en la Baja Edad Media", in M. A. Ladero Quesada *et al.*, *Castillos Medievales del Reino de León*, S. A. Hullera Vasco-Leonesa, s.d., pp. 11-34.

⁽⁴¹⁾ Ver Artur Manuel Ceia, *O fenómeno da guerra no último cjuartel do século XIV em Portugal. Tipologia e caracterização*, sep. da *Revista Militar*, Lisboa, 1986, esp. pp. 55-59.

convenientemente dispostos em terrenos reduzidos e de difícil acesso, normalmente fortificados com paliçadas, ramagens, covas, etc., e onde os exércitos ocupavam habitualmente uma posição defensiva.

Ora, na batalha-mãe de Aljubarrota, disputada ao fim da tarde do dia 14 de Agosto de 1385, é realmente isso que parece verificar-se. A hoste portuguesa, com apenas cerca de 2 mil homens de armas (num total de perto de 7 mil homens), beneficiando do precioso enquadramento tático fornecido pelos seus aliados ingleses, dispôs a sua "batalha" em quatro azes, cada qual sujeita ao comando de um capitão: vanguarda, rectaguarda e alas (designações surgidas no reinado de D. Fernando), estas últimas provavelmente algo avançadas e formando como que um só corpo com a vanguarda. Além disso, preparou cuidadosamente (e apesar de ter sido obrigada a uma mudança de posição, de cerca de 3 km, perto da hora do combate), o terreno da batalha: um planalto com uma frente já de si limitada a 300 ou 400 metros e reduzido ainda por um vasto sistema de fortificações acessórias. Face a um exército castelhano de cerca de 15 mil homens, incluindo perto de 5 mil homens de armas e 2 a 3 mil atiradores, com grandes deficiências de comando e que optou por apresentar uma vanguarda muito larga e disposta em várias filas — o que remetia para fora do próprio planalto as respectivas alas, assim impossibilitadas de tomar parte na luta — a hoste portuguesa conseguia, em menos de uma hora, uma vitória surpreendente, em que o esmagamento físico gerado pelo amalgamento das tropas atacantes e o efeito surpresa provocado pela sabedoria da posição anglo-portuguesa, a par da potência de tiro evidenciada pelos seus cerca de 800 besteiros e 300 arqueiros ingleses, desempenharam um papel fundamental ⁽⁴²⁾.

Em conclusão, pensamos ser legítimo afirmar que as operações militares levadas a cabo em Portugal nos finais da idade Média exprimem, do ponto de vista tático, assinalável diversidade e complementaridade. Não tendo, seguramente, já nada de "infantil", elas revelam ainda clara preferência pelas cavalgadas rápidas e fulminantes, a par dos assédios a muralhas, símbolos de um poder tradicional e por isso sujeitos a processos e manhas de assalto muito

⁽⁴²⁾ Uma boa descrição, devida a G. de M. de Matos, da batalha de Aljubarrota pode encontrar-se no *Dicionário de História de Portugal*, dir. de Joel Serrão, vol. I, Porto, Figuerinhas, 1979, pp. 104-109.

variados. Ao nível dos grandes confrontos em campo aberto, essas operações denunciam grande capacidade de imaginação e de adaptação aos imperativos das situações concretas (uma análise, que não nos foi aqui possível fazer, aos combates de Trancoso e Valverde revelaria isso mesmo) e, simultaneamente, permeabilidade às novas soluções tácticas dominantes no Ocidente, aplicadas, como acabámos de ver, com rigor e com êxito, na batalha de Aljubarrota (senão já na refrega de Atoleiros).

De um ponto de vista sociológico, insistimos, tais operações assinalam a manutenção da preponderância dos sectores tradicionais do exército, isto é, da cavalaria nobre, agora naturalmente convidada a repensar as suas formas de combate próprias, combinando, designadamente, o combate a cavalo com o combate a pé, e obrigada a recorrer cada vez mais a uma força de infantaria de inferior extracção social, indispensável ao bom sucesso das campanhas militares. Na Iª metade do séc. XV, no norte de África, nomeadamente em Ceuta, e como já observou Carlos Riley (43), as façanhas cavaleirescas encontrarão ainda um terreno propício à sua evidenciação: uma "bolsa de oxigénio" que constituirá, simultaneamente, para esses valores da nobreza, um verdadeiro "cemitério de elefantes".

e) O armamento:

A análise dos procedimentos tácticos exige-nos agora, tal como aconteceu para o caso europeu, uma breve referência ao armamento utilizado em Portugal nos finais da Idade Média.

A título introdutório, sublinhe-se que este armamento não era certamente usado apenas pelos guerreiros "convencionais" (quer da nobreza, quer da peonagem). De facto, já destacámos a presença de estrangeiros na guerra de Granada, bem como a existência de milícias mercenárias entre as tropas nazarís. Ora, também em Portugal, quer as companhias inglesas quer os grupos de soldados vindos da Gasconha e do Béarn, cuja presença nos é largamente indicada pelos cronistas, constituíram verdadeiras tropas mercenárias em serviço, conforme José Mattoso também já acentuou (44). E as próprias

(43) C. G. Riley, "Aspectos da componente juvenil da fidalguia no contexto da crise de 1383-85", in *Actas das Jornadas de História Medieval – 1383/1385 e a Crise Geral dos Séculos XIV/XV*, Lisboa, História & Crítica, 1985, p. 305.

(44) J. Mattoso, *A nobreza e a revolução...*, já cit., p. 288.

companhias de Nuno Álvares Pereira (a que já fizemos referência) ou de Antão Vasques (um destacado capitão de Entre-Tejo-e-Odiana), poderão ter tido um carácter profissional (em parte justificável pelo seu parcial recrutamento nas Ordens Militares) do género do da célebre "companhia branca" francesa que apoiara Henrique de Trastâmara em Nájera.

Por outro lado, convém não esquecer o que atrás dissemos, acerca de uma maior generalização das armas a partir dos meados do séc. XIV (nomeadamente do arco, da besta e da artilharia a pólvora).

Como é sabido, as *Cantigas* de Afonso-o-Sábio, rei de Castela e Leão, constituem uma fonte preciosa para o conhecimento do armamento, tanto ofensivo como defensivo (e até equestre) usado na época, completando e explicitando as informações, muitas vezes imprecisas (veja-se o caso de Femão Lopes), fornecidas pelas fontes narrativas. Todas elas confirmam, aliás, a coexistência entre armas antigas e modernas, que havíamos detectado para o resto do Ocidente.

Apesar dos esforços de Wilhelm Giese ⁽⁴⁵⁾, continua a ser complicado definir com clareza uma terminologia das armas usadas na Península (e particularmente em Portugal) na Baixa Idade Média, bem como do respectivo manejo.

Ainda assim, e começando pelas armas de mão, que podiam ser de haste ou de punho e se destinavam essencialmente a bater, atravessar ou espetar os adversários nos combates corpo-a-corpo, verificamos o predomínio da lança, da espada, da acha e do cutelo, a que acrescentaremos, numa segunda ordem de importância, a partazana, o pique e a maça de armas, entre muitas outras menos frequentes.

Depois, convirá destacar as *armas neurobalísticas*, como o arco e a besta. Quanto ao primeiro, muito generalizado entre os Muçulmanos, terá sido sobretudo usado na sua variante franca, e não tanto sob a forma do "long-bow", divulgado na Península pelo Príncipe Negro. No que diz respeito à besta, arma em cujo manejo os castelhanos parece terem alcançado grande notoriedade, a utilizada entre nós seria de origem romana (e não chinesa), tendo conhecido

⁽⁴⁵⁾ W. Giese, "Portugiesische Waffenterminologie des XIII. Jahrhunderts", in *Miscelânea de Estudos em Honra de D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos*, Coimbra, 1930.

inúmeras variantes, destinadas ao combate a pé (besta de polé) ou a cavalo (besta de garrucha).

Sem dúvida que muitas das *armas de fogo* viriam a surgir com designações de antigas armas neuro-balísticas, como o trabuco, a espingarda ou o escorpião, o que de resto gerava uma certa confusão quanto à sua utilização eficiente. Aos poucos, esta artilharia a pólvora foi-se impondo, tal como no resto do Ocidente. É possível que em Aljubarrota os castelhanos se tenham apresentado já munidos de 16 trons ou bombardas, eventualmente apreendidos após a batalha. Como quer que seja, parece que desde pelo menos o 2^o quartel do séc. XV a artilharia pirobalística se encontrava decisivamente implantada entre nós, justificando-se assim a difusão de peças de artilharia portátil.

Devido à pouca exactidão, já sublinhada por Gastão de Melo de Matos ^(4b), dos instrumentos de pontaria, estas armas de tiro não teriam uma precisão por aí além, ficando muito dependentes da habilidade dos respectivos artilheiros e infantes. Não se conhecem com rigor os alcances das armas usadas nesta altura em Portugal, dada a falta de elementos de valor equivalente e as próprias variações das medidas de distância. Pode, entretanto, presumir-se que eles fossem relativamente limitados, em função até de um certo atraso técnico. O arco e a besta não deveriam exceder alcances úteis superiores a 200 metros, valor que seria apenas muito ligeiramente maior no caso das primitivas armas de fogo ⁽⁴⁷⁾.

Ainda assim, todas estas armas (às máquinas de guerra referir-nos-emos mais à frente, na alínea relativa à arquitetura militar) tiveram a sua repercussão no *equipamento* de homens e cavalos. Quanto a estes, lorigas, cilhas e testeiras são-nos bem evidenciadas nas ilustrações das *Cantigas* de Afonso X. No que se refere aos homens, verifica-se uma nítida tendência, a partir dos finais do séc. XIII, para proteger melhor os braços e as pernas, através de avanbraços, braçais, brafoneiras e coxotes. Na cabeça, utilizam-se bacinetes, capelinas, celadas, elmos e murriões, muitas vezes ligados (por lazes ou correias de cabedal) a babeiros, camalhões, gorjais e volantes ou viseiras. Típicos da I^a metade do séc. XIV parece terem sido, ao menos em Castela, os elmos em forma de tonel. Mas era no tronco (já protegido, a um primeiro nível, com gibões e perpontes)

^(4b) G. de M. de Matos, *Memória...*, já cit, esp. pp. 102-103.

⁽⁴⁷⁾ Cf. *Idem, ibidem*, pp. 108-110.

que, bem entendido, se concentravam boa parte das preocupações defensivas. Por isso, as curtas lorigas de couro vão dando lugar às cotas de malha e, mais tarde — entre os cavaleiros de maior condição — à "armadura branca", feita com placas de ferro ou aço rígido e característica da 2- metade do séc. XV. Sobre a quantidade de peças que podiam compor estas armaduras e o respectivo peso, já dissemos que bastasse no capítulo anterior. Graças a isto tinham os cavalos (e os ibéricos eram dos mais procurados) de suportar pesos que atingiam os 200 kg, podendo também acontecer ao cavaleiro apeado morrer de ataque cardíaco, graças ao esforço acrescido provocado pelo peso do seu próprio equipamento. Este, era ainda completado com escudos e paveses de formas diversas (triangulares, em forma de U, etc.), que os atiradores também utilizavam, fixos no solo, para se protegerem enquanto recarregavam as armas.

Quanto aos preços deste armamento, sabemos o suficiente para não duvidar que eram elevadíssimos: segundo as informações de Álvaro Lopes de Chaves (1438-89), uma lança podia custar 30 reais, uma besta de garrucha em aço 800 reais, um gibanete com capacete e babeiro 1000 reais, uma couraça cerca de 1500 reais, e uma colobreta 4400 reais ⁽⁴⁸⁾! Daqui resultou uma inevitável e progressiva centralização da indústria armamentista, que conduziu à formação dos primeiros armazéns e arsenais de guerra, a que já nos referimos. Nestes depósitos se procurava acumular stocks de armas e equipamentos, em grande parte fabricados, ou no estrangeiro, ou por artífices estrangeiros (nomeadamente alemães, especialistas em armas de fogo) trazidos para Portugal. Na verdade, apesar da intensidade da actividade ferreira no norte de Portugal constatada por Mário Jorge Barroca para os meados do séc. XIII ⁽⁴⁹⁾, a produção nacional de armamento era seguramente insuficiente e de duvidosa qualidade técnica.

Para terminar, forneçam-se sobre estas várias matérias alguns exemplos ilustrativos: num alardo ocorrido em Ciudad Rodrigo, em 1458, e de que nos dá conta Bernal Estévez, 100% dos presentes (mesteirais) apresentou-se equipado com couraça, sendo o

C⁸) Cf. Álvaro Lopes de Chaves, *Livro de Apontamentos (1438-7489)*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1983, pp. 54-56. Seguimos aqui a conversão monetária sugerida por A. H. de O. Marques, *ob. cit.*, p. 340.

⁽⁴⁹⁾ Mário Jorge Barroca, *Ferrarias medievais do norte de Portugal*, sep. de *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, n.º 28, Porto, 1988, p. 211.

acompanhamento mais comum constituído por uma lança e/ou uma espada e uma daga ⁽⁵⁰⁾; por outro lado, Fraga Díez, informa-nos que, para 15 fortalezas de Santiago de Compostela dos finais do séc. XV, foram referenciadas grandes quantidades de setas, bestas, lanças e piques, além de uma alabarda e de algumas armas de fogo (como escopetas, arcabuzes, falconetes, espingardas e pasavolantes), havendo também notícia de trabucos, chumbo e projecteis de pedra, a que se acrescentavam algumas peças de equipamento, como corceletes, braçais, celadas, paveses, escudos, gorjais e cotas de malha ⁽⁵¹⁾. Entre nós, em Castelo de Matos e em Aguiar da Pena, respectivamente, Mário Jorge Barroca exumou pontas de seta em ferro destinadas ao tiro com arco, e pontas de dardo de cabeça triangular próprias para o tiro com besta, as primeiras do séc. XI-XII e as segundas já do séc. XIV ⁽⁵²⁾. E talvez no dia em que se decidir escavar convenientemente o campo de batalha de Aljubarrota, muitos outros achados venham deitar um pouco mais de luz sobre esta complexa questão do armamento utilizado em Portugal nos finais da Idade Média. Para já, fiquemo-nos de novo com Fernão Lopes e a sua *Crónica de D. João I* (Iª Parte), onde, segundo averiguação de Teresa Dias e Helena Tavares, a lança, a espada, o trom, o dardo e os engenhos de cerco (usando predominantemente projecteis de pedra) são de longe as armas ofensivas mais referenciadas, ao mesmo tempo que, entre as armas defensivas, o bacinete, a cota e o pavês merecem claramente a preferência do cronista ⁽⁵³⁾.

⁽⁵⁰⁾ Ver Angel Bernal Estévez, "Las armas como concepto fiscal y de diferenciación social en la Baja Edad Media (Aplicación al caso de Ciudad Rodrigo)", in *Gladius*, 1988, pp. 21-30.

⁽⁵¹⁾ Ver Guillermo Frederico Carlos Fraga Díez, "Referencias a las armas utilizadas en las luchas nobiliarias gallegas en el siglo XV", in *Gladius*, 1988, pp. 103-106.

⁽⁵²⁾ Ver M. J. Barroca, *A ocupação medieval em Castelo de Matos. Primeira abordagem*, sep. de *Arqueologia*, n.º 17, Porto, .1988, pp. 3-15; *Idem* (em colaboração com Antonio J. Cardoso Morais) *A Terra e o Castelo. Uma experiência arqueológica em Aguiar da Pena*, sep. da *Revista Portuguesa*, Nova Série-vol. VI/VII, Porto, 1986, pp. 35-89.

⁽⁵³⁾ Teresa V. Dias e Helena I. S. Tavares, *Análise do armamento mencionado na 1- Parte da "Crónica de El-rei D. João I"*, Coimbra, Faculdade de Letras, 1990 (dact.). Este estudo foi também realizado sob a nossa orientação, no âmbito da disciplina de "História da Idade Média".

f) *A fortificação militar medieval portuguesa:*

Como já observámos, o castelo desempenhou um papel determinante no contexto da guerra medieval, pois a sua posse significava também um controlo das populações e das vias de comunicação.

Cronologicamente, o castelo medieval português situa-se entre o início da Reconquista e os inícios do século XVI. O castelo cristão deriva e muitas vezes aproveita a alcáçova árabe, embora tenha algumas diferenças de pormenor e lhe acrescente um elemento original e caracterizante: a torre de menagem. Esta, além do seu valor simbólico feudal, tinha real valor militar, pois era, como lhe chamou A. Pires Nunes, uma "torre de comando" ^(M).

A função do castelo ibérico era a defesa de uma área e a recolha da população em situações de perigo, sendo por isso um castelo estratégico. Essa função distingue-o, por exemplo, do "Donjon" francês e do "Keep" inglês, que eram essencialmente residências senhoriais. Por isso, aquele localizava-se em sítios topograficamente propícios à defesa e definia-se por um recinto cercado por altas muralhas ameaçadas e com torreões, com uma torre de menagem constituindo o seu último reduto de defesa.

Embora mantendo o seu aspecto geral, o castelo medieval português foi evoluindo até ao séc. XVI, em função dos meios de ataque. Nesta evolução convém recordar as mudanças sofridas no séc. XIV, devido à introdução das armas de fogo. Esta adaptação visava a defesa mas também o próprio acolhimento das novas armas. Por um lado, a necessidade de reforçar as muralhas levou à construção de barbacãs; por outro, as seteiras foram substituídas por troneiras. Se tradicionalmente a altura das muralhas lhes conferia impermeabilidade, agora, para as tornar invulneráveis, era preciso apostar na sua espessura e solidez. Esta evolução foi problemática, pois como já vimos a artilharia coexistiu com as escaladas tradicionais. Ao longo de uma fase de transição, as fortificações foram-se tornando baixas e espessas, culminando no séc. XVI na fortificação abaluartada (cujo 1- exemplo é a Torre de Belém).

Da natureza estratégica do castelo decorria a sobreposição das fortalezas e um urbanismo exocêntrico, partindo do castelo para o

^(M) Ver António Pires Nunes, *O Castelo Estratégico Português e A Estratégia do Castelo em Portugal*, Lisboa, Direcção do Serviço Histórico-Militar, 1988, estudo que, dada a sua relevância, aqui seguimos.

sopé, além da sua própria tridimensionalidade: ele cumpria uma função simultaneamente defensiva, simbólica e económica.

Quanto à política de fortificações usada no período medieval, sublinhe-se que se recorreu a uma estratégia por linhas de detenção, inicialmente em função da Reconquista e mais tarde devido à ameaça castelhana. Recorde-se aqui a atenção conferida por D. Afonso Henriques à linha do Mondego, uma das mais bem desenhadas fronteiras da Reconquista. Esta situação alterou-se no final do séc. XIV: com as guerras fernandinas e as campanhas de D. João I, optou-se por uma estratégia por linhas de infiltração (ou seja, uma defesa em profundidade) que visava a defesa de Lisboa e o controlo de determinadas entradas naturais no nosso território. Isto evidencia-se na atenção dada às fortificações de Lisboa e aos castelos da Estremadura, e ainda na importância militar que então teve o Alentejo.

Em contrapartida, devemos também analisar as soluções táticas usadas para a tomada de fortificações: por um lado os cercos (que além do bloqueamento incluíam também acções ofensivas e de desgaste de torres, portas e meios de subsistência); por outro os assaltos (em que se sucediam as escaladas, os ataques de surpresa e as operações de britagem dos muros).

Na tomada de fortificações, além dos trabalhos de sapa e de destruição dos panos de muralha, recorria-se também a máquinas e engenhos, como as gatas, os trabucos (que seriam uma invenção hispano-moura da Andaluzia) e as catapultas e, com a artilharia a pólvora, às bombardas. Sublinhe-se entretanto, e para terminar, que a estes recursos violentos se associavam com frequência complexas negociações (as "preitesias") em que a apreciação objectiva da situação militar das partes envolvidas era por vezes condicionada pela utilização de formas de pressão psicológica de intenção dissuasora. Isto, evidentemente, se outros truques e estratagemas, por vezes muito saborosos, não tivessem entretanto, só por si, resolvido a questão! Conforme um estudo de dois alunos nossos a que atrás nos referimos, a poliorcética corresponde a 50,65% do total das operações militares relatadas na Iª Parte da *Crónica de D. João I*, de Fernão Lopes; ora, podemos acrescentar que, no seu interior, as manobras ofensivas representarão cerca de 50,85%, as manobras defensivas perto de 34% e a diplomática dos cercos, a que há pouco nos reportávamos, 15,25%⁽⁵⁵⁾...

⁽⁵⁵⁾ A. M. Ribeiro e Lia A. S. Paulo, *ob. cit.*, (Apêndice).

g) *Concepções, rituais e simbolismos militares em Portugal nos secs. XIV e XV:*

Permitam-se-nos ainda algumas considerações sobre a conceptualização da guerra e respectiva simbologia.

As formulações teóricas de que se envolvia o fenómeno guerreiro não eram, como é óbvio, desconhecidas em Portugal. Pelo menos nas suas linhas gerais, as doutrina da "guerra santa" e da "guerra justa" eram, até em virtude da presença muçulmana na Península e das ambições imperiais castelhana-leonesas, familiares ao nível dos grupos dirigentes. Da mesma forma, o conceito de *paz* tinha algum significado político nesses meios. Oliveira Marques, por exemplo, chamou já a atenção para a forma lúcida como o infante D. João (filho do Mestre de Avis) assinalava a profunda contradição existente entre a prática da guerra e o ideal cristão da paz⁽⁵⁶⁾. De resto, a relação que o grupo clerical mantinha com o próprio exercício da actividade guerreira, tomada mais íntima ainda com o desempenho das Ordens Militares, parecia enfatizar precisamente esse comprometimento e essa ambiguidade.

Mas a ideologização do fenómeno da guerra exprimia-se também pela pena dos cronistas, que dele nos transmitem imagens de notável recorte semiológico. Como tão bem explicitou Bernardo Vasconcelos e Sousa, ao estudar a memória da batalha do Salado através dos registos historiográficos portugueses (o *Livro de Linhagens* do conde D. Pedro e a *Crónica de D. Afonso IV* de Rui de Pina/Femão Lopes), o acontecimento, que aliás se procura revestir de um estatuto de verdadeira Cruzada, aparece marcado por manifestações da vontade divina, expressas sob a forma de sinais da natureza (por exemplo o sol radioso que no dia decisivo da refrega apagou a névoa dos dias anteriores) e suficientemente poderosas para levar os Muçulmanos a pôr, desesperadamente, em causa os seus próprios valores religiosos⁽⁵⁷⁾. Era a guerra e a religião que se interpenetravam, justificando a emergência e a popularidade de certos cultos, como o de S. Jorge, possivelmente introduzido no séc. XII pelos Cruzados e muito divulgado mais tarde pelos ingleses.

Ao mesmo tempo, muito gostaríamos de saber até que ponto

⁽⁵⁶⁾ Ver A. H. de Oliveira Marques, *ob. cit.*, p. 355.

⁽⁵⁷⁾ Ver B. V. e Sousa, "O Sangue, a Cruz e a Coroa. A Memória do Salado em Portugal", in *Penelope*, nº 2, Fev. 1989, pp. 27-48.

uma antropologia da guerra nos poderia esclarecer acerca do verdadeiro sentido das tradições militares que acompanhavam e modelavam o desenvolvimento das actividades guerreiras. Desafios, mensagens, ultimatos, códigos de combate e de perseguição dos adversários, normas de tratamento de mensageiros e prisioneiros, imperativos de permanência no campo de batalha para oficialização das vitórias e muitas outras praxes, sem cujo cumprimento a guerra medieval perderia sentido, sugerem-nos uma ritualização um pouco lúdica dos comportamentos violentos (uma espécie de "parada agonística" como a que a etologia descreve para o mundo animal), destinada a controlar o seu desenvolvimento dentro de limites aceitáveis e não desestruturantes, e, com isso, a garantir também a sua perpetuação.

Da mesma forma, ninguém discutirá o valor simbólico das armas, particularmente da espada, para a qual estudiosos como Bonifacio Palacios Martín têm chamado a atenção ⁽⁵⁸⁾. Desde logo, a pseudo auto-vestidura de armas de Afonso Henriques em Zamora, ainda no ano de 1125 e relatada pela *Chronica Gothorum*, constitui um exemplo pioneiro dessa insubstituível representação do monarca *in sede maiestatis*. As armas tinham, de facto, um significado que ia muito além do seu valor estritamente bélico, disso se ressentindo as próprias ocasiões em que eram utilizadas, como vimos atrás a propósito da "caça desportiva" medieval, autêntico emblema do prestígio e superioridade sociais do grupo aristocrático que a praticava.

h) A guerra, a sociedade e a política nas vésperas da Expansão Portuguesa:

Do que acabámos de dizer deduz-se facilmente que guerra e política se encontravam em íntima simbiose. Esta última condicionando, naturalmente, o percurso da primeira, definindo os seus grandes objectivos, gerando-a e travando-a ao sabor das circunstâncias e das conveniências, legitimando-a aos olhos da "opinião pública". Aquela, influenciando directa e poderosamente a estrutura da nobreza e intervindo mesmo nas relações de poder.

A este respeito, convirá insistir, na esteira de José Mattoso ⁽⁵⁹⁾, na influência que as alterações que vimos registarem-se ao nível da táctica militar na 2ª metade do séc. XIV tiveram sobre a fisionomia e

⁽⁵⁸⁾ Ver p. Martin, *ob. cit.*, p. 167, *passim*.

⁽⁵⁹⁾ J. Mattoso, *A nobreza e a revolução...*, já cit., p. 286, *passim*.

a trajectória socio-política da nobreza de Portugal. Bastará, com efeito, sublinhar o destaque alcançado em 1383-85 por sectores secundários e obscuros dessa nobreza, militarmente experimentada no decurso das guerras femandinas com Castela e em grande medida composta por escudeiros (como se comprova pela análise da documentação das Chancelarias Régias), ou recordar o simbolismo do apoio concedido pelas Ordens Militares (repositório de filhos segundos e bastardos) ao partido e à causa do Mestre de Avis, para que essa profunda interligação entre a guerra, a sociedade e a política no Portugal dos finais da Idade Média se tome inquestionável. Batalhas como a de Aljubarrota constituirão aliás, como também já tem sido notado com base nos relatos de Femão Lopes, o momento propício ao armamento de muitos jovens cavaleiros, possibilitando assim uma decisiva renovação das castas da nobreza, agora injectada por indivíduos desprovidos de sangue azul⁽⁶⁰⁾. Daqui viria, de resto, a resultar a feição marcadamente militar evidenciada pela nobreza joanina (ao menos numa primeira fase), comprovada pela íntima relação entre a popularidade de práticas desportivas como a montaria e a fortalecida ideologia guerreira aristocrática.

Acreditamos que este casamento entre a nobreza e o exercício da guerra se prolongará para além dos inícios da Expansão portuguesa. Num trabalho de muito interesse e intitulado precisamente *A expansão quatrocentista: um processo de recomposição social da nobreza*, Luís Filipe Oliveira teve há anos a ocasião de comprovar a capitania nobre da esmagadora maioria das nossas expedições e o seu carácter eminentemente militar⁽⁶¹⁾.

Essa, porém, já não é a nossa guerra... Marcada pelo triunfo definitivo da artilharia a pólvora e renovada pela valorização em força da guerra marítima (segundo Rui de Pina⁽⁶²⁾), a frota portuguesa que partiu ao assalto de Arzila, em 1471, reunia 477 velas), a guerra que a Expansão irá promover engloba contingentes três e quatro vezes superiores aos tradicionais. E o começo de uma nova etapa, que também do ponto de vista estratégico conterà as suas

⁽⁶⁰⁾ *Idem, ibidem.*

⁽⁶¹⁾ L. F. Oliveira, "A expansão quatrocentista portuguesa. Um percurso de recomposição social da nobreza", in *Actas das Jornadas de História Medieval...*, já cit, pp. 199-208.

⁽⁶²⁾ Rui de Pina, "Chronica do Senhor Rey D. Affonso V", in *Crónicas de Rui de Pina*, introdução e revisão de M. Lopes de Almeida, Porto, Lello & Irmãos -Editores, 1977, cap. CLXIII, p. 820.

novidades e transformações; a caminho, bem entendido, dos exércitos permanentes, das casernas, dos regimentos, dos uniformes e de toda uma civilização de campo que a época moderna tornará imprescindível. Disso já vos tem falado, todavia, o meu colega e amigo, Dr. Rui Bebiano. Queremos, por isso, terminar, desejando ter contribuído para um entendimento mais claro do lugar das armas no mundo medieval, no Ocidente e, em particular, no Portugal das vésperas da Expansão Ultramarina.

Roteiro Bibliográfico *

I.

Em termos **européus**, e até aos anos cinquenta, a História Militar Medieval ficou a dever os seus fundamentos a quatro "clássicos" principais. Foram eles:

— OMAN, Charles, *A History of the War in the Middle Ages*, Londres, 1978 (reimpressão da 2- edição, revista, de 1924; 1ª edição: 1898)

— DELBRÜCK, Hans, *Geschichte der Kriegskunst im Rahmen der politischen Geschichte*, Berlim, 1907 (3 vols.) - existe trad, ingl., Westport/Londres, 1982.

— LOT, Ferdinand, *L'art militaire et les armées au Moyen Age en Europe et dans le Proche Orient*, Paris, 1946 (2 vols.).

— VERBRUGGEN, J. F., *The Art of Warfare in Western Europe during the Middle Ages, from the Eight Century to 1340*, Amsterdão-Nova Iorque-Oxford, 1977 (trad, inglesa a partir do original holandês de 1954).

Mais recentemente, os trabalhos de Philippe Contamine, em França, e de Christopher Allmand, em Inglaterra, em grande parte enquadrados pelo estudo dos acontecimentos político-militares da "Guerra dos Cem Anos" (1337-1453), vieram renovar e redimensionar a investigação sobre a historia militar da Idade Média. Vejam-se, nomeadamente:

— CONTAMINE, Ph., *Azincourt*, Paris, Julliard, 1964 (collection "Archives", n- 5).

* A completar com as indicações fornecidas nas notas infrapaginais.

— CONTAMINE, Ph., *La Guerre de Cent Ans*, Paris, P.U.F., 5ª ed., 1989 (collection "Que sais-je ? ", n° 1309) - 1ª ed. 1968.

^— CONTAMINE, Ph., *Guerre, État et Société à la fin du Moyen Age. Études sur les armées des rois de France (1337-1494)*, Paris-La Haye, Mouton, 1972 (colection "Civilisations et sociétés", n° 24).

— CONTAMINE, Ph., *La vie quotidienne pendant la guerre de Cent Ans. France et Angleterre*, Paris, Hachette, 1976.

— CONTAMINE, Ph., *La guerre au Moyen Âge*, P.U.F., 1980 (collection "Nouvelle Clio", n° 24).

— ALLMAND, C. T. (ed.), *Society at War. The Experience of England during the Hundred Years War*, Edimbourg, Oliver & Boyd, 1973.

— ALLMAND, C. T. (ed.), *War, Literature and Politics in the late Middle Ages*, Liverpool, 1976 (Essays in honour of G. W. Coopland).

— ALLMAND, Christopher, *The Hundred Years War*, Cambridge, Cambridge University Press, 1988 (existe trad, franc., Paris, Payot, 1989).

A estas obras de Philippe Contamine e de Christopher Allmand será, entretanto, imprescindível acrescentar ainda — para uma apreensão mais vivencial do fenómeno guerreiro na Idade Média — dois belíssimos livros de Georges Duby. A saber:

— DUBY, Georges, *Le dimanche de Bouvines*, Paris, Gallimard, 1973.

— DUBY, Georges, *Guilherme, o Marechal, o Melhor Cavaleiro do Mundo*, trad, port., Lisboa, Gradiva, 1986 (Colecção "Construir o Passado", n° 10).

Simultaneamente, e no que diz mais especificamente respeito à relação entre os progressos da arte militar nos finais da época medieval e o posicionamento social da nobreza — aspecto que abordámos com algum detalhe na nossa Lição —, recomendam-se sobretudo as seguintes duas obras:

— VALE, M. G. A., *War and Chivalry. Warfare and Aristocratic Culture in England, France and Burgundy at the end of the Middle Ages*, Athens, Georgia, 1981.

— SILVA, Victor Deodato da, *Cavalaria e Nobreza no Fim da Idade Média, Vol. I: A Crise do combatente montado (da guerra feudal à guerra moderna)*, Belo Horizonte, Itataia/São Paulo, Universidade, 1990.

Considerámos até aqui maioritariamente obras que constituem sínteses (gerais ou parciais) do fenómeno militar na Idade Média,

particularmente na sua fase terminal. Para uma ponderação mais cuidada das suas diversas componentes específicas (armamento, castelologia, didáctica e tática militares, recrutamento, concepção ideológica e justificação da guerra, etc), deve ver-se a extensa bibliografia apresentada por Philippe Contamine na sua já citada obra *La Guerre au Moyen Âge* (a 2- edição, de 1986, inclui mesmo um importante "suplemento bibliográfico"), bem como — neste caso em especial para os aspectos relacionados com a hoplologia (i. é, a história das armas) e respectivas fontes — as indicações detalhadas de Claude Gaier insertas no fascículo *rf* 34 ("Les Armes") da célebre *Typologie des Sources du Moyen Âge Occidental*, dirigida por L. Genicot (Brepols Tumbuhout-Belgium, 1979, com "Mise à jour" em 1985).

Finalmente, e tendo em conta a reduzidíssima importância atribuída pela esmagadora maioria dos autores ao fenómeno guerreiro na Península Ibérica ao longo da Idade Média, haverá ainda que tomar em consideração trabalhos de muito mérito já produzidos em Espanha por autores como Martín de Riquer, Carmela Pescador, Alvaro Soler del Campo, Antonio Palomeque Torres, Manuel Gonzalez Jiménez, Hilda Grassoti ou José-Luis Martín, os quais não nos é, evidentemente, aqui possível enumerar. Chamamos, no entanto, a atenção para o número especial da revista *Gladius*, publicado em 1988, e onde se reúnem as comunicações apresentadas ao importante simpósio "Las Armas en la Historia", realizado em Cáceres, em Março de 1983. ^{II}

II.

No que diz respeito ao caso concreto de **Portugal**, que como é óbvio mereceu a nossa atenção especial, teremos, infelizmente, de ser muito mais lacónicos. Na verdade, não existe qualquer estudo pormenorizado de conjunto sobre a arte militar medieval. Toma-se, por isso, necessário começar por recorrer a duas importantes sínteses, que escritas com mais de meio século de intervalo, não deixam de se completar bastante bem. São elas:

— CÉSAR, Vitoriano José, "Organização Militar", in Damião Peres, *História de Portugal*, vol. II, Barcelos, Portucalense, 1929, pp. 527-551.

— MARQUES, A. H. de Oliveira, "A Arte da Guerra", in Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, *Nova História de Portugal*, vol. IV (*Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV*), Lisboa, Presença, 1987, pp. 335-357.

Para além destes dois textos de enquadramento, haverá ainda que ter em conta os consagrados estudos históricos de alguns militares, nomeadamente, e entre outros, os de Francisco Augusto Martins de Carvalho, Francisco Marques de Sousa Viterbo, Augusto Botelho da Costa Veiga, Gastão de Melo de Matos (não se esqueça a sua importante colaboração no *Dicionário de História de Portugal* dirigido por Joel Serrão) e, mais recentemente, Artur Manuel Ceia e António Pires Nunes. Destacamos, fundamentalmente:

— CARVALPiO, F. A. Martins de, *Diccionario Bibliiographico Militar Portuguez*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1891.

— VITERBO, F. M. de Sousa, *A Armaria em Portugal*, Lisboa, 1907-1909.

— VEIGA, A. B. da Costa, *Estudos de Historia Militar Portuguesa*, Lisboa, 1936.

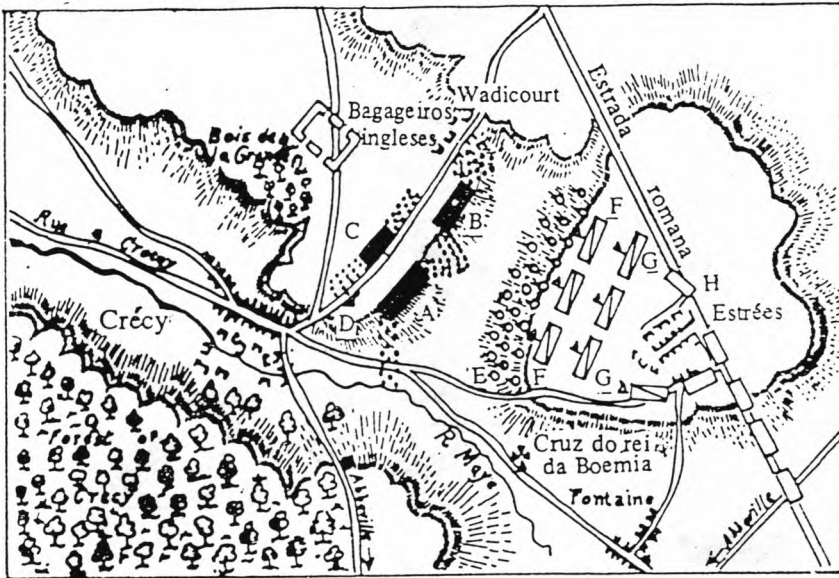
— MATOS, G. de Meló de, *Memoria sobre o alcance das armas usadas nos séculos XV a XVIII*, sep. dos *Anais da Academia Portuguesa de Historia*, vol. IX, Lisboa, 1945.



— CEIA, A. M., *O fenómeno da guerra no último quartel do século XIV. Tipologia e caracterização*, sep. da *Revista Militar*, Lisboa, 1986.




— NUNES, A. Pires, *O Castelo Estratégico Português e À Estratégia do Castelo em Portugal*, Lisboa, Direcção do Serviço Histórico-Militar, 1988.

Para finalizar, recorde-se que algumas batalhas medievais suscitaram a produção de importantes ensaios (alguns deles bem recentes). Tais foram os casos de Ourique (cf. a revisão do problema, em 1987, por Ana Isabel Carvalhão Buescu), do Salado (cf. o excelente artigo de Bernardo Vasconcelos e Sousa no n- 2 da revista *Penelope* - Fev. 1989), de Trancoso (cf. sobretudo a famosa obra de Salvador Dias Arnaut, publicada em 1947), de Aljubarrota (cf. o ciclo de conferências *Aljubarrota 1385-1985*) e de Toro (estudada, curiosamente, por Henrique Lopes de Mendonça, no longínquo ano de 1858).

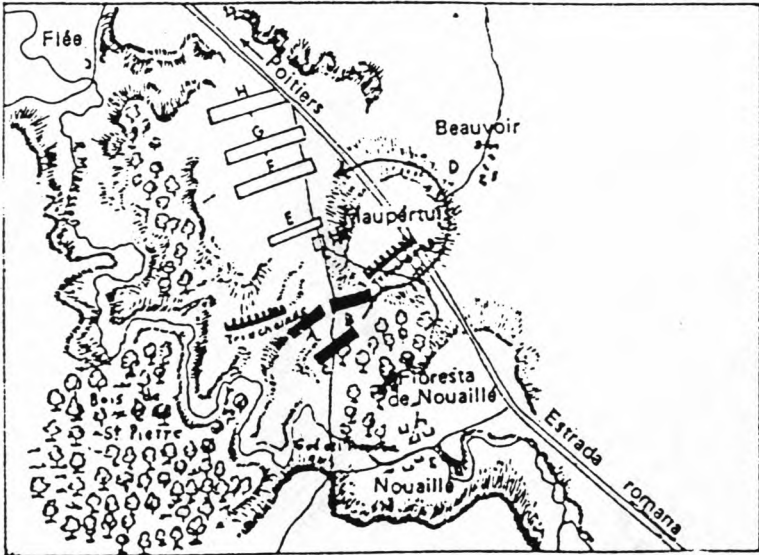
Da mesma forma, as fortificações militares medievais prenderam a atenção de João de Almeida (autor do controverso *Roteiro dos Monumentos Militares Portugueses*, três volumes, obra incompleta publicada em meados deste século) e, modernamente, suscitaram a José Marques, A. Pires Nunes e Mário Jorge Barroca, a publicação de excelentes artigos.



Exército inglês:  = homens-de-armas;  = arqueiros;
A = "Batalha" do Príncipe Negro; B = "Batalha" do conde de Northampton;
C = "Batalha" de Eduardo III; D = bagagens reais;

Exército francês:  = homens-de-armas;  = arbaliteiros (besteiros);
 = infantaria; E = atiradores genoveses; F = conde de Alençon; G = Duque da Lorena; H = tropas da retaguarda pressionando a vanguarda.

Plano da batalha de Crécy (Reconstituição de R. C. Smail)
(in Victor Deodato da Silva, 1990, p. 127)





 = "Batalhas" inglesas;

A = dos condes de Warwick e Oxford;

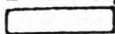
B = dos condes de Salisbury e Suffolk;

C = do Príncipe de Gales;

 = D = direção suposta das forças de reserva do Captal de Buch;

 = Contingentes franceses - montados dos marechais;

E = contingente alemão;

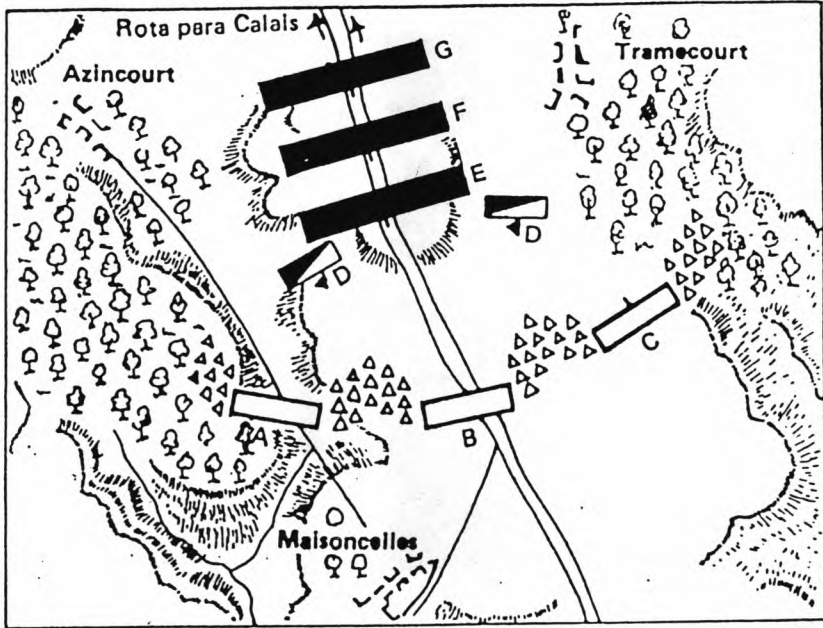
 = "Batalhas" desmontadas francesas;

F = do Delfim; G = do conde de Orleães;

H = do Rei.

Plano da batalha de Poitiers (Reconstituição de Oman)

(in Victor Deodato da Silva, 1990, p. 131)



Ingleses

△ △ △ = arqueiros;

□ = homens-de-armas;

A = Lord Camoys;

B = Henrique V;

C = Duque de York;

Franceses

■ = "batalhas" de homens-de-armas;

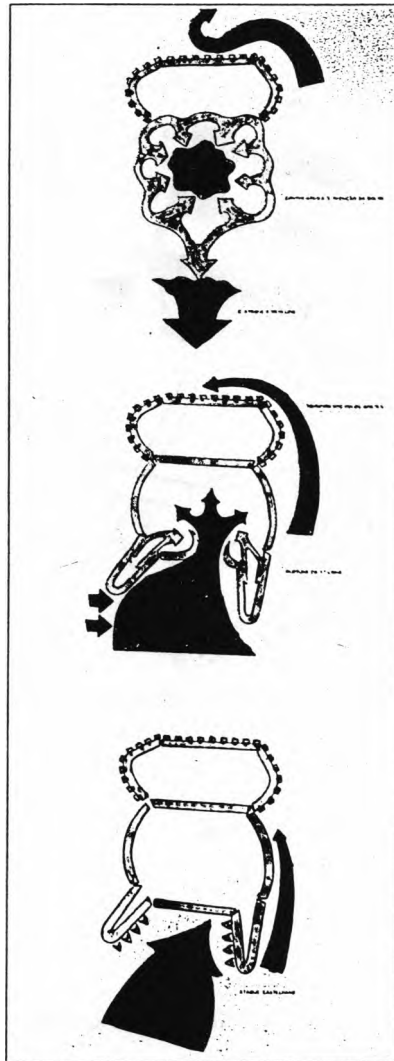
◐ = homens-de-armas a cavalo;

E = Duque de Orleans e Condestável Sire d'Albret;

F = duques de Bav e d'Aleçon;

G = condes de Marte e Dammartin (única montada).

Batalha de Azincourt (Reconstituição de Smail)
(in Victor Deodato da Silva, 1990, p. 193)

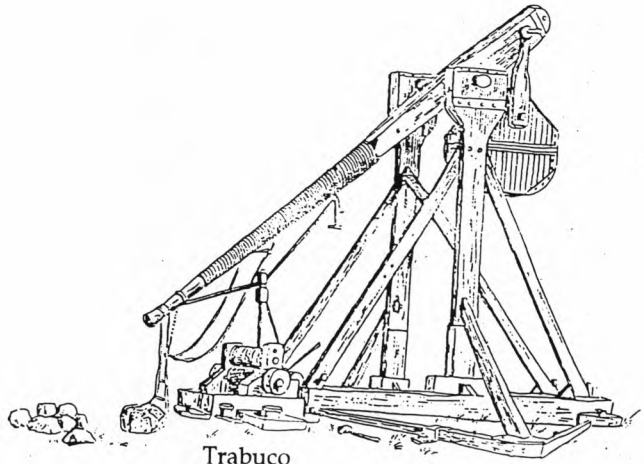


BATALHA DE ALJUBARROTA (1385)

■ - hoste castelhana;

□ - hoste portuguesa

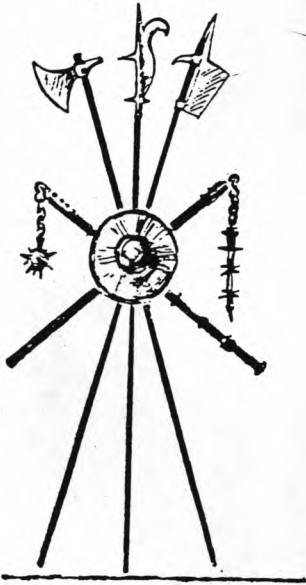
(de postal do Museu Militar de Aljubarrota e conforme a descrição de Fernão Lopes).



Trabuco



Maça de armas com cabeça de bronze
(séc. XIII - XV)



Manguais, alabardas e partasana.



Arqueiro inglês do tempo
de D. Fernando